



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
INICIATIVA EDUCAÇÃO POBREZA E  
DESIGUALDADE SOCIAL**



**Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social**

**EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: UM ESTUDO  
SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SALVADOR/BA**

**RELATÓRIO DA PESQUISA  
PERÍODO 2016-2017**

**Salvador  
2017**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE  
E INCLUSÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**INICIATIVA EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL**

**EQUIPE DA PESQUISA**

**Professoras orientadoras:**

Maria Izabel Souza Ribeiro (FACED/UFBA)

Selma Cristina Silva de Jesus (FACED/UFBA)

Thaís Seltzer Goldstein (FACED/UFBA)

**Estudantes bolsistas:**

Emília Soraia Dias Santos (FACED/UFBA)

Henari Macedo Oliveira Lima (IHAC/UFBA)

Kelly Cristina Rêgo Silva (IGEO/UFBA)

Taiane Lopes dos Santos (FACED/UFBA)

RIBEIRO, M. I. S.; JESUS, S. S.; GOLDSTEIN, T. S. (orgs.). **Educação, pobreza e desigualdade social**: um estudo sobre o Programa Bolsa Família em Salvador/BA - Relatório da Pesquisa período 2016-2017. Salvador: Faculdade de Educação, UFBA, 2017. 82 p.

## RESUMO

O atual relatório apresenta os resultados da pesquisa “Educação, pobreza e desigualdades sociais: um estudo da relação entre as condicionalidades do Programa Bolsa Família e a situação educacional das famílias beneficiadas em Salvador/BA” realizada no período de fevereiro de 2016 a dezembro de 2017. O estudo envolveu a construção de um conjunto de indicadores sociais sobre educação, pobreza e desigualdades sociais a partir dos dados secundários do Sistema de Informações do DataSocial (o Data CAD e o Data CON), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS), com o intuito de traçar o perfil sócio-econômico e a situação educacional dos beneficiários do PBF no município de Salvador/BA. Tal pesquisa faz parte de um trabalho investigativo mais amplo intitulado “Educação, pobreza e desigualdade social: um estudo sobre o Programa Bolsa Família em Salvador/BA” (também chamado de projeto guarda-chuva), que integra uma das ações da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS), desenvolvida pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA). O relatório está dividido em duas partes: na primeira apresenta a pesquisa, o percurso metodológico, os resultados e as análises dos indicadores sociais construídos durante o estudo realizado e na segunda apresenta as principais atividades realizadas e os principais produtos gerados pela pesquisa, além das considerações finais.

Palavras-chave: Educação. Pobreza. Desigualdade Social.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Indicadores da Pesquisa	11
Gráfico 1	Perfil das pessoas inscritas no Cadastro único por sexo, Salvador, 2015	20
Gráfico 2	Perfil das pessoas inscritas no Cadastro Único por cor/raça, Salvador, 2015	20
Figura 1	Valor médio mensal por família em Salvador, 2015	23
Figura 2	Valor do benefício segundo sua modalidade	28
Figura 3	Valor do benefício para famílias em situação de extrema pobreza	28
Gráfico 3	Benefícios do Programa Bolsa Família, Salvador, 2015	29
Gráfico 4	Quantidade dos beneficiários do Programa Bolsa Família por idade (0 - 17 anos), Brasil, 2013-2016	33
Gráfico 5	Perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família por raça, Brasil, 2014-2016	34
Gráfico 6	Perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família por raça, Salvador, 2015	34
Gráfico 7	Quantidade de beneficiários do PBF de cor/raça amarela	35
Gráfico 8	Percentual da Frequência escolar de crianças e adolescentes entre 6 a 17 anos	38
Gráfico 9	Crianças e adolescentes (06 a 17 anos) sem acompanhamento no Sistema Presença	39
Gráfico 10	Acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, Brasil, 2015	42
Gráfico 11	Total de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos público da educação, Bahia e Salvador	42
Gráfico 12	Total de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos público da educação, Brasil	43
Gráfico 13	Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados na frequência escolar, Brasil	44

Gráfico 14	Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados na frequência escolar, Bahia	44
Gráfico 15	Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados na frequência escolar, Salvador	45
Figura 4	Crianças e adolescentes (06 a 15 anos) público da educação, Salvador, 2015	45
Gráfico 16	Acompanhamento da frequência escolar, Brasil, 2015	47
Gráfico 17	Crianças e adolescentes (6 a 15 anos) não acompanhados no Sistema Presença - Brasil, Bahia, Salvador, 2009-2015	48
Figura 5	Jovens (16 e 17 anos) público da educação, Salvador, 2015	51
Quadro 2	Indicadores construídos no Projeto EDPS – Etapa I	67

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantidade de Famílias inscritas no CadÚnico, 2007 e 2016	18
Tabela 2	Quantidade de Famílias inscritas no CadÚnico cadastradas no PBF, 2015	22
Tabela 3	Quantidade de Famílias inscritas no CadÚnico cadastradas no PBF, 2016	22
Tabela 4	Valores de Repasse do Programa Bolsa Família, 2015 e 2016	22
Tabela 5	Benefício médio mensal por família do PBF, 2016	24
Tabela 6	Acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos	37
Tabela 7	Acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos - Brasil, Bahia, Salvador, 2009-2015	46
Tabela 8	Acompanhamento da frequência escolar de jovens de 16 e 17 anos - Brasil, Bahia, Salvador, 2009-2015	51

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	7
	<b>RELATÓRIO PARTE I</b>	9
2	<b>A PESQUISA E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS TRILHADOS</b>	10
3	<b>EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS: UM ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE AS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS EM SALVADOR/BA</b>	15
3.1	<b>SOBRE OS INDICADORES DO DATA CAD</b>	17
3.2	<b>SOBRE OS INDICADORES DO DATA COM</b>	36
4	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DOS INDICADORES – EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS</b>	54
	<b>RELATÓRIO PARTE II</b>	61
5	<b>PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS</b>	62
6	<b>PRODUTOS GERADOS</b>	67
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	70
	<b>REFERÊNCIAS</b>	71
	<b>APÊNDICES</b>	75

## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados da pesquisa “Educação, pobreza e desigualdade social: um estudo sobre o Programa Bolsa Família em Salvador/BA”, realizada no período de fevereiro de 2016 a dezembro de 2017, como uma das ações da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS), com uma base sediada na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA).

A Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social foi concebida pelo Ministério da Educação e, conforme consta em seu Projeto Político Pedagógico, possui três dimensões, a saber: i) formação continuada; ii) apoio à pesquisa acadêmica em educação, pobreza e desigualdade social; iii) apoio à difusão do conhecimento (GARCIA et al., 2014, p. 11). Na dimensão relativa à formação continuada, o pilar principal foi o curso de Especialização oferecido a profissionais da educação básica e/ou de outros(as) profissionais da rede pública envolvidos(as) com o Programa Bolsa Família de Salvador e Região Metropolitana.

Abordaremos o trabalho desenvolvido em uma segunda dimensão atrelada à Iniciativa EPDS: a pesquisa acadêmica sobre as temáticas entrecruzadas: educação, pobreza e desigualdade social, desenvolvida por pesquisadoras bolsistas e docentes da FACED/UFBA.

A pesquisa foi dividida em duas etapas interdependentes. A primeira - intitulada “Educação, pobreza e desigualdades sociais: um estudo da relação entre as condicionalidades do Programa Bolsa Família e a situação educacional das famílias beneficiadas em Salvador/BA” - envolveu a construção de um conjunto de indicadores sociais sobre educação, pobreza e desigualdades sociais, com o intuito de traçar o perfil sócio-econômico e a situação educacional dos beneficiários do PBF no município de Salvador/BA. Este conjunto de indicadores sociais foram construídos a partir dos dados secundários do Sistema de Informações, o DataSocial, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS), atualmente Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, conforme demonstraremos mais adiante.

A segunda etapa foi intitulada “Percepções de docentes da Rede pública de

ensino de Salvador acerca das implicações das condicionalidades do Programa Bolsa Família sobre as experiências educacionais de beneficiados”. Ainda em andamento, seu objetivo é pensar as relações entre as condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) e as experiências educacionais de crianças e jovens beneficiados pelo Programa por meio do olhar de professores/as da rede pública de ensino de Salvador e Região Metropolitana. Para tanto, elaborou-se um questionário enviado eletronicamente às/aos profissionais da Educação Básica participantes do Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Essa etapa contemplou o envio do questionário online a 313 docentes matriculados/as no Curso de Especialização da Iniciativa EPDS.

A equipe da pesquisa foi constituída por três professoras orientadoras (Maria Izabel Souza Ribeiro, Selma Cristina Silva de Jesus e Thaís Seltzer Goldstein) e quatro estudantes de graduação (Emília Soraia Dias Santos, Henari Macedo Oliveira Lima, Kelly Cristina Rêgo Silva e Taiane Lopes dos Santos), bolsistas do Programa Permanecer/UFBA e do PIBIC/UFBA.

Os resultados aqui expostos foram construídos a partir da análise dos dados da primeira etapa da pesquisa, uma vez que a segunda ainda está em andamento. Assim, para os fins desta publicação, serão apresentados os procedimentos metodológicos e um relato das atividades realizadas até janeiro de 2018. A análise detalhada dos resultados da pesquisa da segunda etapa será socializada oportunamente, em futuras publicações.

Este relatório é constituído de duas partes principais. A primeira contém três capítulos: o primeiro capítulo apresenta a pesquisa e seu percurso metodológico; o segundo explora os resultados das análises da primeira etapa da pesquisa; o terceiro apresenta considerações a partir da análise dos indicadores sociais construídos durante o estudo realizado, relativo às temáticas educação, pobreza e desigualdades sociais. A segunda parte do relatório dedica-se a apresentar as principais atividades realizadas até o presente momento e os principais produtos gerados pela pesquisa. Em seguida, apresentam-se as considerações finais. Registra-se, ainda, que foram adicionados apêndices ao relatório, contendo o material de pesquisa elaborado ao longo do projeto.

## **RELATÓRIO PARTE I:**

A pesquisa, o percurso metodológico adotado e a análise dos dados

## 2. A PESQUISA E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS TRILHADOS

A pesquisa “Educação, pobreza e desigualdade social: um estudo sobre o Programa Bolsa Família em Salvador/BA” foi uma das ações da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social e teve como finalidade traçar o perfil sócio-econômico e a situação educacional de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Salvador/BA, bem como refletir sobre as implicações da condicionalidade educacional sobre as experiências de escolarização de estudantes provenientes de famílias beneficiárias, especialmente em termos de frequência escolar, aprendizado, participação da família na vida escolar etc.

Como foi dito anteriormente, para o desenvolvimento do trabalho, a pesquisa foi organizada em duas etapas. Na primeira etapa, o trabalho de pesquisa foi estruturado em dois momentos interdependentes. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a temática; em seguida, foi feito um levantamento detalhado de dados disponíveis no Sistema de Informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS), com o objetivo de construir indicadores sociais sobre educação, pobreza e desigualdade social relacionados ao município de Salvador/Bahia.

Conforme Jannuzzi (2002, p. 55), um indicador social é

uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo na mesma.

Os indicadores da pesquisa foram construídos com base nos microdados do Sistema de Informações do MDS. Registra-se que o MDS possui um portal, denominado Data SOCIAL, no qual disponibiliza “indicadores para elaboração de diagnósticos atualizados e para monitoramento das políticas e programas do Ministério, além de informações de contexto social, demográfico e econômico de municípios, estados, regiões e Brasil” (MDS, 2016).

Conforme consta no site do MDS, a referida plataforma possui seis conjuntos temáticos de indicadores: Data SED (principais dados e indicadores da área social,

econômica e demográfica), Data CAD (dados do Cadastro Único para Programas Sociais e do Programa Bolsa Família), Data CON (dados sobre as condicionalidades de Educação e Saúde de beneficiários do Programa Bolsa Família), Data SAN (dados sobre contexto e programas de Segurança Alimentar e Nutricional), Data SUAS (dados sobre equipamentos, recursos humanos e serviços da Assistência Social) e Data INC (dados sobre mercado de trabalho e ações em Inclusão Produtiva). Vale ressaltar que os dados desta plataforma podem ser desagregados por município.

Na primeira etapa da pesquisa, foram analisados os dados disponíveis no Data CAD e Data CON que versavam sobre o Programa Bolsa Família e suas condicionalidades na área da Educação. Destaca-se que, no processo de operacionalização da pesquisa, o site do MDS ficou indisponível durante alguns meses do ano de 2017, o que dificultou a verificação de dados coletados. Quando voltou o acesso, além da nova configuração, algumas informações foram suprimidas, como por exemplo, os indicadores: renda per capita familiar; idade das pessoas inscritas no Cadastro Único e sexo dos beneficiários do PBF.

Para o levantamento das informações junto à fonte de dados secundários e conforme o conjunto dos indicadores construídos do Data CAD e do Data CON, tomou-se como referência os dados do Brasil, das diferentes Regiões, da Bahia e de Salvador, no período compreendido entre os anos de 2006 e 2016. O Quadro 1 apresenta os indicadores da pesquisa que foram utilizados para traçar o perfil sócio-econômico e a situação educacional dos beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Salvador/BA.

**Quadro 1: Indicadores da Pesquisa**

Sistema de Informações do MDS	Indicadores da Pesquisa
Data CAD	Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais e com renda per capita familiar de até 1/2 salário mínimo
	Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família
	Valores de repasse do Programa Bolsa Família
	Características dos domicílios das famílias cadastradas no Cadastro Único e das famílias beneficiárias do Programa

	Bolsa Família
	Benefício médio mensal por família do Programa Bolsa Família
	Benefícios do Programa Bolsa Família
	Perfil das pessoas inscritas no Cadastro Único por Sexo, Idade, Cor/Raça
	Perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família por sexo, idade e cor/raça
Data COM	Acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (com frequência escolar igual ou superior a 85% e inferior à 85% e não acompanhados nas condicionalidades de Educação);
	Acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos (com frequência escolar igual ou superior e frequência inferior ao percentual exigido)
	Acompanhamento da frequência escolar de jovens de 16 a 17 anos (com frequência escolar inferior à 75%);

Fonte: Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017.

Em relação à segunda etapa, ainda em andamento, a pesquisa se desdobrou numa perspectiva de continuidade ao estudo das condicionalidades na área de educação do PBF. Assim, esta segunda etapa da pesquisa teve como objetivo refletir sobre as relações entre as condicionalidades do PBF e as experiências educacionais de crianças e jovens beneficiados pelo referido Programa, a partir do olhar dos/as professores/as da rede pública de ensino de Salvador e Região Metropolitana, matriculadas no Curso de Especialização “Educação, Pobreza e Desigualdade Social” (EPDS), sediado na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Esse curso foi uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, e teve como objetivo geral:

Formar, em nível de especialização, na temática da Educação, Pobreza e Desigualdade Social, profissionais da educação básica e outros envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação em contextos empobrecidos. Visa-se ao desenvolvimento de práticas político-pedagógicas que possibilitem a transformação das condições de vivência da pobreza e da extrema pobreza de crianças, adolescentes e jovens e, conseqüentemente, promovam condições objetivas que viabilizem um justo e digno viver definido socialmente (GARCIA et al., 2014, p. 17).

Esse curso aconteceu na modalidade semipresencial, tendo sido coordenado pelas professoras Lygia de Sousa Viégas (FACED-UFBA) e Elaine Cristina de Oliveira (ICS-UFBA) e o professor Helio Messeder Neto (QUI-UFBA). O curso contou com 400 cursistas no início, sendo que 262 cursistas o concluíram, em dezembro de 2017.

A segunda etapa da pesquisa foi organizada em três fases interdependentes. Na primeira, já concluída, foi feito um levantamento de dados secundários junto à secretaria do referido curso, com intuito de traçar um perfil das/os cursistas. Após a realização desta fase, o trabalho de campo foi iniciado por meio do convite realizado às(aos) cursistas para participarem da pesquisa (Apêndice A), seguido do encaminhamento de um questionário online com intuito de apreender como a(o) participante compreende as relações entre as condicionalidades do PBF e as experiências educacionais de crianças e/ou jovens beneficiados pelo Programa. No momento, a equipe está analisando os questionários já respondidos e aguardando o retorno de novos questionários para incrementarem essas análises.

Na terceira fase, prevista para acontecer nos meses de março e abril de 2018, serão realizados grupos focais com as/os cursistas que participaram da fase anterior (nos enviando os questionários online) e que desejem dar continuidade à participação na pesquisa de forma presencial.

Em consonância com os procedimentos vigentes para pesquisas de metodologia qualitativa, a definição da amostra dos participantes dos grupos focais será intencional, tal como preconiza Minayo (2007). Conforme sugere Vila et. al. (2007), o número de sujeitos da pesquisa apenas será definido no decorrer da fase de campo.

Quanto aos procedimentos de análise dos dados, seguiremos as proposições de Ressel et. al. (2008): a) leitura exaustiva dos depoimentos; b) indexação (ordenação e categorização) dos dados; c) agrupamento das categorias por afinidade, compondo temas descritores; d) submissão dos temas descritores a uma análise específica, releitura das categorias e construção de subtemas; e) interpretação dos dados à luz do referencial teórico.

Informamos, ainda, que foi enviado um Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (Apêndice B), no qual foi assegurado às/aos cursistas participantes, o anonimato e o direito de desistirem de participar da pesquisa em qualquer tempo.

Para a realização da segunda etapa da pesquisa, a equipe elaborou os seguintes instrumentos de investigação: 1 questionário online; 1 roteiro para entrevista presencial com os gestores estadual e municipal do PBF na cidade de Salvador e Estado da Bahia<sup>1</sup>. Esses roteiros foram analisados e pré-testados pela equipe do projeto.

Tanto o questionário, quanto os roteiros para entrevista foram elaborados com base na reflexão sobre a relação entre educação, pobreza e desigualdade social. O questionário online (Apêndice C) foi constituído por 14 questões (abertas e fechadas) e um espaço para observações e comentários.

O roteiro para a entrevista com os gestores estadual e municipal do PBF (Apêndice D) foi organizado em 3 blocos temáticos: Identificação pessoal (com 3 questões); Percurso profissional (com 2 questões) e Programa Bolsa Família (com 8 questões).

---

<sup>1</sup> No percurso da pesquisa, o contato com uma mestranda em Educação (FACED/UFBA) cujo estudo também investigou o Programa Bolsa Família, possibilitou-nos conjecturar, como mais uma fonte de pesquisa, a realização de duas entrevistas com os gestores municipal e estadual do Programa Bolsa Família em Salvador/Bahia.

### **3. EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS: UM ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE AS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS EM SALVADOR/BA**

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda condicionada do governo federal criado em 2003, com intuito de combater a pobreza em dois períodos de tempo. No primeiro momento, a transferência de recursos financeiros proporcionaria o alívio mais imediato da pobreza, uma vez que por meio de tais recursos as famílias poderiam ter acesso a bens e serviços necessários à sua subsistência. E em longo prazo, as condicionalidades, especialmente aquelas referentes à educação escolar, têm o objetivo de enfrentar os condicionantes da reprodução da pobreza (PIRES, 2013; RIBEIRO, JESUS, 2016).

O referido Programa está previsto pela Lei Federal 10.836/2004 e é regulamentado pelo Decreto 5.209/2004. Conforme o MDS, o PBF é destinado às famílias em situação de pobreza (isto é, no ano de 2016, aquelas famílias com renda per capita entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 mensais, e, em 2015, com renda entre R\$ 77,01 e 154,00), ou de extrema pobreza (em 2016, renda per capita até R\$ 85,00; e em 2015, até R\$ 77,00). As condicionalidades na área de educação são: matrícula das crianças e adolescente de 6 a 17 anos na escola; frequência mínima mensal de 85% nas aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família são objeto de dissenso entre pesquisadores e agentes públicos. De um lado, têm-se os defensores destas condicionalidades, que se apoiam na “Teoria do Capital Humano”<sup>2</sup>, para argumentar

---

<sup>2</sup> A origem desta teoria está ligada ao surgimento da disciplina Economia da Educação, nos Estados Unidos, em meados dos anos 1950. Theodore W. Schultz, professor de Economia da Universidade de Chicago à época, é considerado seu principal formulador. Par ele, o trabalho humano qualificado por meio da educação gera produtividade econômica. Aplicada ao campo educacional, a ideia de capital humano gerou uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, fazendo crer que a educação é pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento individual. Deslocando para o âmbito individual os problemas da inserção social, essa teoria fez da educação um “valor econômico”, equiparando capital e trabalho, como se fossem ambos meros “fatores de produção”, uma vez que a educação é o fator econômico considerado essencial para o desenvolvimento. Em 1968, Schultz recebeu o prêmio Nobel de Economia pelo desenvolvimento da teoria do capital humano.

que o acesso à educação e à saúde proporciona um aumento do capital humano das crianças, adolescentes e jovens beneficiados. E que esses indivíduos, quando adultos, melhorariam suas chances de encontrar uma melhor colocação no mercado de trabalho podendo, deste modo, romper com a condição de pobreza.

Neste grupo, há ainda os que postulam que a obrigatoriedade de matrícula e frequência escolar das crianças de 6 a 17 anos se constitui em um mecanismo de combate ao trabalho infantil, uma vez que a renda recebida pela família diminuiria a pressão social sobre a criança e/ou o jovem para que entrem precocemente no mercado de trabalho. (AMARAL, MONTEIRO, 2013; RIBEIRO, JESUS, 2016).

De outra parte, têm-se os críticos das condicionalidades do PBF. A primeira crítica diz respeito à compreensão de que a assistência é um direito, logo, o acesso à mesma não deve estar condicionado a nenhum tipo de contrapartida ou compromisso por parte dos beneficiados. Em relação às condicionalidades na área educacional, existe uma vasta produção teórica, boa parte dela inspiradas nos escritos de Gramsci (2000) e Bourdieu (2007), demonstrando que na nossa sociedade, a escola tem se constituído como um espaço de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Segundo esta linha do pensamento social crítico, a matrícula e frequência à escola não são suficientes para romper com os mecanismos de transmissão da pobreza, conforme previsto no desenho do PBF (PIRES, 2013; SILVA et al., s/d).

O atual estudo enfoca a necessidade de se compreender o Programa Bolsa Família em termos dos seus avanços e limites no combate à pobreza, na perspectiva de sua condicionalidade educacional: nossa hipótese foi a de que, se por um lado, a condicionalidade relativa à educação possibilita o aumento do número de matrículas e frequências dos estudantes beneficiários na escola, por outro, não incide sobre a qualidade da educação pública ofertada. Vale ressaltar que a educação pública no Brasil foi historicamente sucateada por sucessivos descasos de políticas governamentais, prejudicando especialmente a escolarização de crianças e adolescentes das classes populares (PATTO, 2015).

Dessa maneira, considera-se este estudo como uma oportunidade de aprofundar o debate sobre educação, pobreza e desigualdade social a partir de uma realidade específica: a situação e experiência educacional de estudantes

beneficiados pelo Programa Bolsa Família (PBF) na cidade de Salvador/BA.

Conforme mencionado anteriormente, na primeira etapa da pesquisa, construímos indicadores sociais a partir dos dados disponíveis no site do MDS por meio dos quais buscamos problematizar a relação entre as condicionalidades do PBF e a situação educacional das famílias beneficiadas. Neste capítulo, serão apresentados estes indicadores. O capítulo foi dividido em duas seções secundárias de acordo com o conjunto temático dos indicadores trabalhados na plataforma pesquisada – o Data CAD e o Data CON.

### 3.1 SOBRE OS INDICADORES DO DATA CAD

Nesta seção, apresenta-se a análise das tabelas dos indicadores relacionados ao Data CAD, articulando-os a uma discussão sobre o perfil social e a escolarização de seus beneficiários. Deste modo, foram considerados indicadores, tais como: valores do benefício médio mensal por família, quantidade de benefícios, sexo, idade e cor/raça/etnia dos beneficiários, dentre outros índices que permitem também entrever o perfil do grupo populacional inscrito no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família.

Os dados apresentados a seguir foram, em um primeiro momento, organizados e consolidados em tabelas com base nas informações contidas na plataforma do MDS. Em um segundo momento, analisamos as tabelas de modo a possibilitar a reflexão e discussão sobre a temática da pesquisa.

#### **a) Sobre a quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais**

De acordo com as informações disponíveis no site do MDS, publicadas em setembro de 2015, para inscrição no Cadastro Único as famílias deveriam possuir renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; famílias com renda total de até três salários mínimos também poderiam se cadastrar, desde que o cadastramento estivesse vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo.

O Cadastro Único é a porta de entrada para vários programas sociais do governo federal, como por exemplo, o Bolsa Família, a tarifa social de energia elétrica, Minha Casa Minha Vida, entre outros.

Registra-se, ainda, que o cadastramento da família no Cadastro Único não significa sua entrada automática no PBF, sendo que o critério principal é sua renda per capita, as que tiverem a menor renda entram primeiro no Programa.

Constata-se que no período estudado houve um aumento no Brasil do número de famílias inscritas no Cadastro Único, passando de 16.819.976 famílias em 2007 para 26.942.986 em 2016. Tal aumento também é verificado no caso do Estado da Bahia e da cidade de Salvador, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1 - Quantidade de Famílias inscritas no CadÚnico, 2007 e 2016**

<b>Localidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Quantidade de Famílias inscritas no CadÚnico</b>	<b>Ano</b>	<b>Quantidade de Famílias inscritas no CadÚnico</b>	<b>%</b>
<b>BRASIL</b>	<b>2007</b>	16.819.976	<b>2016</b>	26.942.986	100
<b>BAHIA</b>	<b>2007</b>	1.959.945	<b>2016</b>	3.038.074	11,27
<b>SALVADOR</b>	<b>2007</b>	179.457	<b>2016</b>	328.677	1,21

Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Conjectura-se que este aumento pode estar relacionado à crise política e econômica, que tem, como um de seus indicadores mais expressivos, a quantidade de desempregados no Brasil. Em 2016, conforme os dados da Pesquisa por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), o montante de pessoas desempregadas era de 12,3 milhões.

Por fim, outro dado a se destacar é que a região Nordeste concentra o maior número de famílias cadastradas no CadÚnico para programas sociais, sendo o Bolsa Família o programa de maior abrangência.

## **b) Sobre as características dos domicílios das famílias cadastradas no Cadastro Único**

No que diz respeito às características dos domicílios das famílias cadastradas no Cadastro Único por tipo de iluminação, foi constatado que em 2016, no Brasil, 21.842.215 domicílios tinham iluminação elétrica com medidor próprio, já as famílias

que compartilhavam energia com o medidor comunitário somavam um total de 1.571.210. Neste mesmo ano, em nosso país, 2.419.326 domicílios não tinham iluminação elétrica. Nestes domicílios sem eletricidade, as residências são iluminadas por querosene, gás, vela. Em Salvador, em 2016, 2.535.305 domicílios possuíam iluminação elétrica com medidor próprio. Chama atenção também que 63.951 residências possuem eletricidade com medidor comunitário. Na capital da Bahia, é alto o número de residências sem eletricidade: são 47.552.

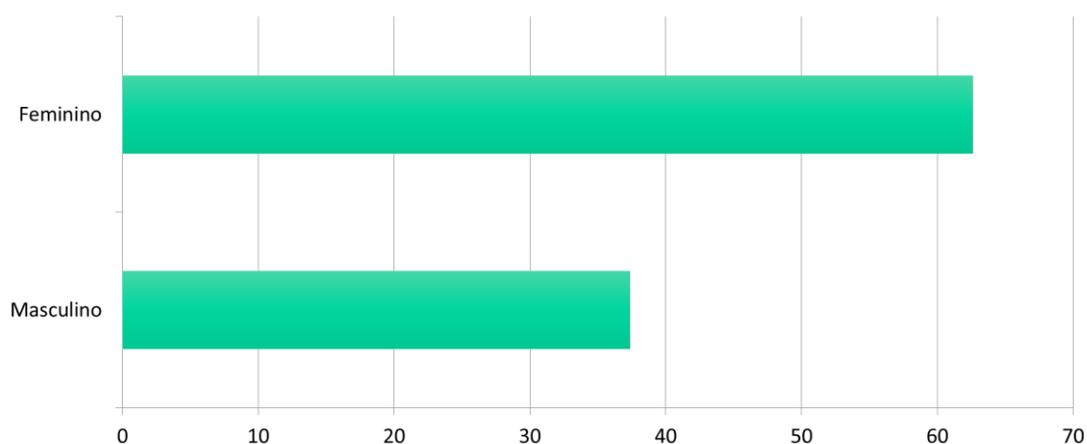
No que tange à forma de abastecimento de água, em 2016, registrou-se que 19.439.656 domicílios das famílias brasileiras inscritas no CadÚnico tinham serviço de abastecimento por rede geral de distribuição. No Brasil, as casas não beneficiadas pelo abastecimento de água somavam 6.393.092 domicílios. Já em Salvador, no mesmo ano, 280.906 domicílios eram abastecidos por rede geral de distribuição de água e 1.300 casas das famílias inscritas no Cadastro Único não eram beneficiadas pela rede geral de abastecimento.

Esses dados trazem a realidade do Brasil, na qual milhares de famílias não têm acesso à água encanada em suas casas, abastecendo-se por meio de poços, nascentes e cisternas que não recebem tratamento adequado para o consumo. Registra-se que essas mesmas famílias não têm rede de esgoto, portanto a água que consomem pode estar contaminada, causando doenças como cólera, hepatite A, infecções etc.

### **c) Sobre o perfil das pessoas inscritas no Cadastro Único por sexo, idade, cor/raça**

Sobre o perfil das pessoas inscritas no Cadastro Único, os resultados apontaram que em Salvador, no ano de 2016, 37% eram do sexo masculino e 63% do feminino, assemelhando-se aos dados da Bahia e do Brasil, em que aproximadamente 56% das pessoas inscritas eram mulheres.

O Gráfico 01 demonstra o percentual em relação ao ano de 2015.

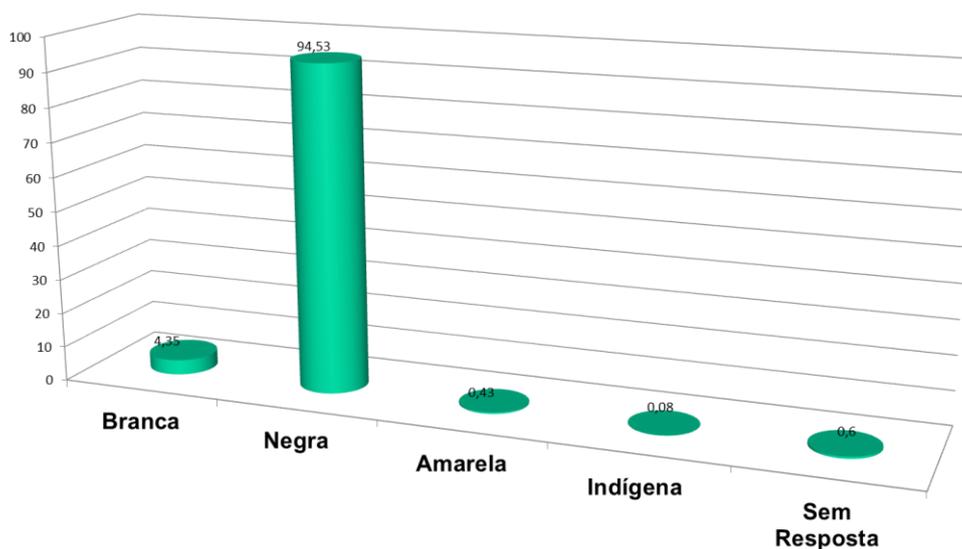
**Gráfico 1 – Perfil das pessoas inscritas no Cadastro único por sexo, Salvador, 2015**

Fonte:

Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Os resultados encontrados em relação à categoria cor/raça em Salvador no ano de 2015 apontam o maior percentual de pessoas negras (94,53%), que correspondem às pessoas que se declararam pretas (1.128.402) e pardas (6.405.459).

O Gráfico 2 apresenta os percentuais das respostas relativas a essa categoria.

**Gráfico 2 – Perfil das pessoas inscritas no Cadastro Único por cor/raça, Salvador, 2015**

Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

As informações referentes à idade das pessoas inscritas no Cadastro Único não está disponível na plataforma DATA CAD do site do MDS. Assim, não foi possível explicitar os dados dessa categoria para composição do perfil.

#### **d) Sobre a quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família**

Com relação à quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no período entre os anos de 2006 a 2016, é possível dizer que não houve uma ampliação significativa da cobertura do Bolsa Família no decorrer desses anos. Na Bahia, a partir de 2008, houve um aumento do número de famílias no Programa; em Salvador, os dados observados mostram que se manteve uma estabilidade no número de beneficiários. Em 2015, chegou a 200.124 mil pessoas cadastradas no Programa e no ano seguinte, o número caiu para 191.698 mil. Essa queda do número de beneficiários pode ter várias origens, dentre elas: cortes, mudanças orçamentárias, falta de atualização dos dados cadastrais etc.

Ainda sobre a evolução do número de beneficiados do PBF, pode-se conjecturar que, ao longo deste período, concomitante à saída de algumas famílias do Programa (seja pela superação da condição de pobreza monetária ou por outra razão), outras famílias nele ingressaram; apesar de um fluxo de entrada e saída de famílias no PBF, pode-se supor que o programa chegou ao seu público alvo.

A Bahia é o estado que concentra o maior número de beneficiados do PBF, por ser um estado populoso (cerca de 15,2 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE) e com altos índices de pobreza (índice acima da média nacional). O estado se destaca por ter o maior número de beneficiários do Bolsa Família, recebendo o maior número de transferências. No Brasil, houve uma estabilidade no número de beneficiários. Em relação ao Programa Bolsa Família, no período analisado, o número se manteve numa média de 14 milhões no país.

Com base nos dados das Tabelas 02 e 03, é possível dizer que, do total de famílias inscritas no Cadastro Único, em 2015, eram 59% famílias cadastradas no PBF na Bahia, sendo 61% em Salvador; em 2016, na Bahia, eram 60% e em Salvador, 58%.

**Tabela 02 - Quantidade de Famílias inscritas no CadÚnico cadastradas no PBF, 2015**

Localidade	Ano	Quantidade de Famílias inscritas no CadÚnico	Quantidade de famílias do CadÚnico cadastradas no PBF	%
<b>BRASIL</b>	2015	27.311.889	13.936.791	51
<b>BAHIA</b>	2015	3.041.623	1.797.610	59
<b>SALVADOR</b>	2015	327.499	200.124	61

Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

**Tabela 03 - Quantidade de Famílias inscritas no CadÚnico cadastradas no PBF, 2016**

Localidade	Ano	Quantidade de Famílias inscritas no CadÚnico	Quantidade de famílias do CadÚnico cadastradas no PBF	%
<b>BRASIL</b>	2016	26.942.986	13.805.497	51
<b>BAHIA</b>	2016	3.038.074	1.827.274	60
<b>SALVADOR</b>	2016	328.677	191.698	58

Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

#### e) Sobre os valores de repasse do Programa Bolsa Família

O valor de repasse do Programa Bolsa Família, entre os anos de 2015 2016 foi equivalente, como pode ser observado na Tabela 04.

**Tabela 04 - Valores de Repasse do Programa Bolsa Família, 2015 e 2016**

Localidade	Ano	Valor Total repassado do PBF R\$	%	Ano	Valor Total repassado do PBF R\$	%
<b>BRASIL</b>	<b>2015</b>	27.650.301.339	100	<b>2016</b>	28.506.185.141	100
<b>BAHIA</b>	<b>2015</b>	3.600.165.870	13	<b>2016</b>	3.775.541.552	13
<b>SALVADOR</b>	<b>2015</b>	307.788.169	1,11	<b>2016</b>	341.272.113	1,2

Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

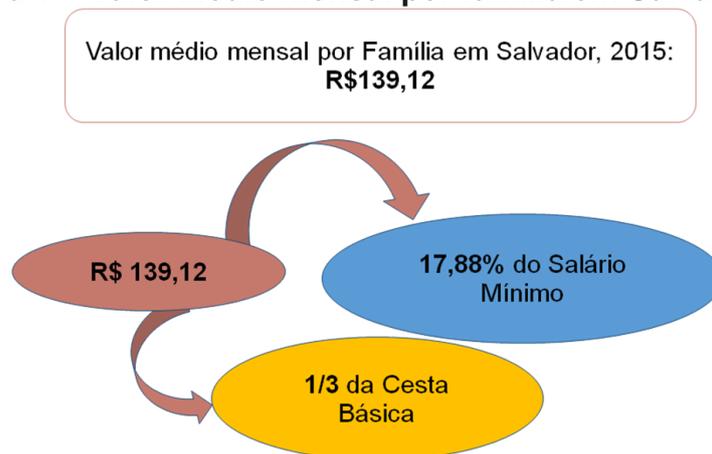
No ano de 2015, no Brasil, foram repassados R\$27.650.301.339,00 para as 13.936.791 famílias beneficiárias do PBF; na Bahia, esse repasse atingiu R\$3.600.165.870,00, destinados a 1.797.610 famílias, e em Salvador, o montante foi de R\$307.788.169,00 para 200.124 famílias. No ano de 2016, no Brasil, foram

repassados R\$28.506.185.141 para as 13.805.497 famílias do PBF; na Bahia, R\$3.775.541.552 para 1.827.274 famílias; e em Salvador, R\$341.272.113 para 191.698 famílias.

#### f) Sobre o benefício médio mensal por família do Programa Bolsa Família

Os dados levantados no Sistema de Informações do MDS demonstram que a média do valor mensal dos benefícios do PBF em 2016, na cidade de Salvador, foi de R\$137,64, equivalente a 15,64% do valor do salário mínimo do mesmo ano. Para se ter ideia do que representa esse montante, segundo o Departamento de Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o custo da cesta básica na capital baiana era de R\$355,15 (DIEESE, 2016). Já o valor médio mensal do PBF recebido na Bahia foi de R\$162,28, equivalente a 18,44% do salário mínimo, enquanto no Brasil a média foi 18,33%. Percebe-se, assim, que o valor aproximado do benefício sequer poderia cobrir a metade do custo médio de uma cesta básica. No ano 2015, o valor médio mensal recebido pelas famílias beneficiárias em Salvador era de R\$139,12, equivalendo a 17,88% do salário mínimo, que por sua vez, pagaria apenas 42,57% da cesta básica nessa capital naquele ano.

**Figura 1 – Valor médio mensal por família em Salvador, 2015**



Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Segundo o DIEESE, o salário mínimo real não cobre as necessidades básicas de uma família. Para poder custear as necessidades básicas mensais familiares,

sem imprevistos, seria necessário que os cidadãos brasileiros recebessem o valor de R\$ 3.856,23 (em dezembro de 2015).

**Tabela 05 - Benefício médio mensal por família do PBF, 2016**

<b>Localidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Benefício médio mensal por família do PBF (R\$)</b>	<b>Salário Mínimo</b>	<b>% do benefício em relação ao Salário Mínimo</b>
<b>BRASIL</b>	2016	161,26	R\$ 880,00	18,33
<b>BAHIA</b>	2016	162,28	R\$ 880,00	18,44
<b>SALVADOR</b>	2016	137,64	R\$ 880,00	15,64
<b>BRASIL</b>	2015	163,06	R\$ 778,00	20,96
<b>BAHIA</b>	2015	164,68	R\$ 778,00	21,17
<b>SALVADOR</b>	2015	139,12	R\$ 778,00	17,88

Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Os dados demonstram que Salvador está abaixo da média nacional e também da média baiana, aprofundando o problema da insuficiência do valor, levando-se em consideração que o custo de vida nas capitais é mais alto que no interior dos estados.

O benefício é uma política focalizada nas pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, afim de amenizar os impactos dessa situação, na qual é comum a violação de direitos básicos constitucionais, que somada à restrita rede de assistência, tende a gerar, posteriormente, mais gastos ao Estado. Quando se observa o valor médio recebido por família e o valor médio da cesta básica, nota-se que ele cobre apenas um terço do valor da cesta básica, que por sua vez representa 40,36% do salário mínimo. Esses números demonstram o quão baixo é o valor médio recebido por famílias beneficiárias do Programa, derrubando argumentos que se utilizam de discursos baseados na instabilidade econômica para justificar sua suspensão, em geral culpabilizando o pobre pela situação que vive.

O Programa Bolsa Família é alvo de muitas críticas, o que poderia ser positivo no sentido de aprimorá-lo; no entanto, elas carregam consigo alocações conservadoras que apontam para o perigo de um paternalismo populista de Estado, que estaria “dando o peixe ao invés de ensinar a pescar”, como diz o dito popular, e assim produzindo acomodações por parte de seus beneficiários.

Conforme Zimmermann e Espínola (2015), um olhar para os impactos do Bolsa Família permite reconhecer as mudanças socioeconômicas que ocorreram no Brasil na última década.

Entre os estudiosos, é óbvia a contribuição do Bolsa Família para a melhoria imediata das condições de vida. Apesar de o valor transferido ser insuficiente para o provimento das necessidades básicas, considerando uma cesta de bens e serviços, o benefício é de uma relevância enorme para as famílias em situação de pobreza, primordialmente para aquelas que não percebem nenhuma renda fixa ou ela é muito baixa. (ZIMMERMANN, ESPÍNOLA, 2015, p.148)

Ao mesmo tempo, nota-se que, com apenas R\$162,28 não é fácil romper todo o ciclo de dificuldades e exclusões que os pobres enfrentam cotidianamente.

Os autores admitem problemas, como por exemplo, erros na inclusão de beneficiários, e reconhecem a insegurança do programa em função do valor transferido para as famílias, sendo categóricos ao afirmarem que é muito baixo e insuficiente ao crescimento econômico das mesmas.

Outra fragilidade do Programa também se revela no fato de não ser um direito constitucional, podendo ser extinto a qualquer momento, dependendo apenas dos programas de governo e da capacidade dos governantes de suportarem as pressões provenientes de lobistas financiadores de campanhas e setores político-empresariais, orientados por uma lógica neoliberal que apregoa o “Estado Mínimo” e visa o lucro de alguns segmentos, em detrimento da garantia de serviços voltados ao bem estar social e dos direitos sociais arduamente conquistados. Sendo assim, seus beneficiários dependem de um programa social que pode ser temporário, o que não lhes garante seguridade social, tampouco a possibilidade de suprirem necessidades básicas, como a alimentação.

É de grande relevância a consciência da necessidade de que outros programas se entrelacem para complementar o Bolsa Família, pois sozinho, ele tem se mostrado incapaz de superar a pobreza e as desigualdades sociais mais profundas. Subverter seu caráter paliativo e tornar-se um direito universal, como renda mínima, poderia torná-lo mais eficiente (ZIMMERMANN & ESPÍNOLA, 2015).

No mesmo Brasil onde pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza recebem um auxílio equivalente a 18,33% do salário mínimo para sobreviver à

situação de escassez em que estão imersas, sujeitos que ocupam camadas sociais privilegiadas, como é o caso dos magistrados e desembargadores no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, recebem – para além de seus fartos salários – um auxílio moradia no valor de R\$4,3 mil (mesmo possuindo imóveis próprios), além de um auxílio educação para seus dependentes, no valor de R\$1.136,53 mensais por filho (podendo chegar, portanto, a 3.400 reis se o juiz tiver 3 filhos)<sup>3</sup>. Essa é uma das faces escancaradas da desigualdade que existe entre as camadas sociais brasileiras.

Weissheimer (2006) aponta a desigualdade social como o principal obstáculo à prática e ao crescimento de programas socioeconômicos no país, pois historicamente, a pobreza foi desassociada das questões da produção econômica, sendo tratada como “questão social”. Isso revela uma perspectiva de naturalização desse fenômeno e desresponsabilização do sistema, pois nas entrelinhas, sugere-se que as mazelas que os indivíduos passam para sobreviver estão associadas à falta de empenho pessoal, resultado de um percurso individual de vida que fracassou. Consequentemente, vadiagem, preguiça e desinteresse são adjetivações que mascaram a base estrutural do problema, qual seja, a manutenção da desigualdade de direitos e oportunidades que (re)produzem a situação de pobreza.

Desse modo, discursos que imprimem adjetivos simplistas e raciocínios meritocráticos para explicar o pobre e a pobreza, em verdade, forjam para si uma suposta moralidade correta e superior, fixando a diferença do outro como uma condição essencialmente pior ou merecida, ainda que haja curiosidade, interesse pelo “exótico” (vide os tours para estrangeiros na Rocinha), compaixão e até mesmo práticas bem intencionadas de teor “compensatório”. Ocorre que para olhar de frente o terrível enigma da desigualdade social, temos que lidar com a angústia disparada pelo encontro com a alteridade. Mais comum é que não haja travessia de fronteiras sociais e subjetivas, que não haja encontro com a alteridade, condição para que se desmanchem estereótipos e se percebam contradições. Mais comum é que não haja mútuo reconhecimento da humanidade de cada um, nas mais diversas formas

---

<sup>3</sup> Conforme matéria do Jornal O Globo, intitulada “TJ libera ajuda de custo para juízes e desembargadores: repasses serão para cobrir gastos com auxílio-educação e auxílio-locomção”, de autoria de Guilherme Ramalho e Vera Araujo, publicada em 28/01/2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/tj-libera-ajuda-de-custo-para-juizes-desembargadores-20827674>>. Acesso em: 16/2/2018.

humanas de (sobre)viver. Ao invés disso, as práticas sociais na cidade, no trabalho, no transporte, na escola, nos serviços etc, tendem a reproduzir preconceitos e hierarquizações, alimentando a humilhação social vivida pelos pobres de maneira cotidiana, ancestral e traumática: para si e para os seus.

A humilhação social, tal como revela Gonçalves Filho (1998), é um fenômeno complexo e profundo, dotado de uma natureza híbrida: é, ao mesmo tempo, fenômeno psíquico e político. Atinge a vida individual, mas também a vida coletiva e comunitária, sendo aturada ancestralmente antes de incidir sobre um sujeito específico. Produz uma angústia que atravessa os corpos, impactando-os como um enigma angustiante relacionado à dominação de alguns humanos sobre humanos, desumanizando-os e se desumanizando junto ao fazê-lo. (GONCALVES FILHO, 1998).

[...]é este o caso para o problema da humilhação social. Sem dúvida, trata-se de um fenômeno histórico. A humilhação crônica, longamente sofrida pelos pobres e seus ancestrais, é efeito da desigualdade política, indica a exclusão recorrente de uma classe inteira de homens para fora do âmbito intersubjetivo da iniciativa e da palavra. Mas é também de dentro que, no humilhado, a humilhação vem atacar. A humilhação vale como uma modalidade de angústia e, nesta medida, assume internamente - como um impulso mórbido - o corpo, o gesto, a imaginação e a voz do humilhado. (GONÇALVES FILHO, 1998, p.14)

Por essas e outras razões que a pobreza deveria ser vista para além de uma questão sócio-econômica, uma vez que incide sobre o campo ético e intersubjetivo, relativo a tudo aquilo que reforça ou ameaça um projeto de convivência social pacífica, civilizada e solidária nas sociedades atuais. Para tanto, não se pode “fazer vista grossa” aos tantos impedimentos cotidianos vividos por milhares de pessoas no acesso a direitos básicos. Dessa maneira, as políticas que pretendem promover a superação da mesma deveriam entrelaçar essas questões, possibilitando discussões amplas e democráticas rumo à garantia de ações sustentáveis: no viés da seguridade social, da emancipação econômica e da atenção psicossocial, voltada também à elaboração dos impactos subjetivos e comunitários da experiência da pobreza nas sociedades atuais.

### g) Sobre os benefícios do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é composto de diversos benefícios, o que varia o valor que os beneficiários recebem, conforme demonstram as figuras abaixo:

**Figura 2 – Valor do benefício segundo sua modalidade**

Modalidade do benefício	Valor unitário do benefício
Benefício Básico	R\$ 77,00
Benefício Variável	R\$ 35,00
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ)	R\$ 42,00

Fonte: MDS.

**Figura 3 – Valor do benefício para famílias em situação de extrema pobreza**

FAMÍLIAS EXTREMAMENTE POBRES			
Número de gestantes, nutrízes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$77,00
1	0	Básico + 1 Variável	R\$112,00
2	0	Básico + 2 Variáveis	R\$147,00
3	0	Básico + 3 Variáveis	R\$182,00
4	0	Básico + 4 Variáveis	R\$217,00
5	0	Básico + 5 Variáveis	R\$252,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$119,00
1	1	Básico + 1 Variável + 1 BVJ	R\$154,00
2	1	Básico + 2 Variáveis + 1 BVJ	R\$189,00
3	1	Básico + 3 Variáveis + 1 BVJ	R\$224,00
4	1	Básico + 4 Variáveis + 1 BVJ	R\$259,00
5	1	Básico + 5 Variáveis + 1 BVJ	R\$294,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$161,00
1	2	Básico + 1 Variável + 2 BVJ	R\$196,00
2	2	Básico + 2 Variáveis + 2 BVJ	R\$231,00
3	2	Básico + 3 Variáveis + 2 BVJ	R\$266,00
4	2	Básico + 4 Variáveis + 2 BVJ	R\$301,00
5	2	Básico + 5 Variáveis + 2 BVJ	R\$336,00

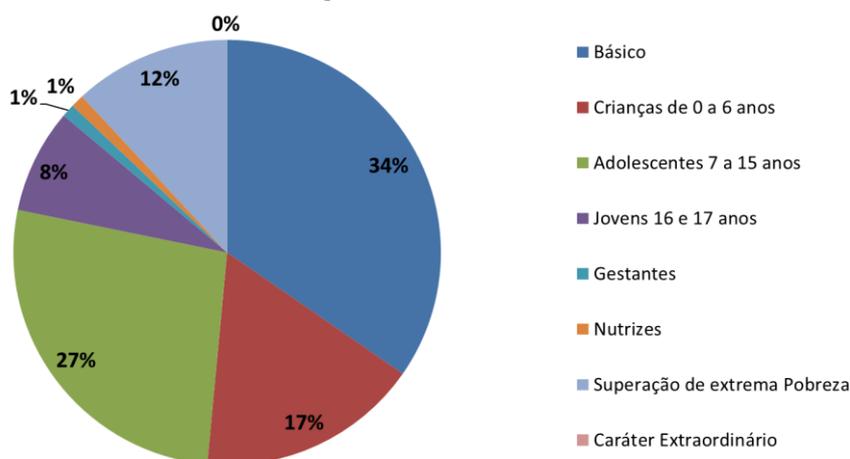
Fonte: MDS.

Em 2016, a soma total repassada desses benefícios para o Brasil foi de 41.022.736, enquanto na Bahia, foi de 5.183.644, e em Salvador, de 491.436. Desse total, em Salvador foram destinados 35% para Benefício Básico; 18% para Variáveis destinadas a crianças de 0 a 06 anos; 27% Variáveis para adolescentes de 7 a 15 anos; 6% Variáveis para jovens de 16 e 17 anos (BVJ); 0% Variáveis para gestantes; 1% Variáveis para nutrizes; 0% para variáveis de caráter extraordinário (BVCE) e 12% para Superação de extrema pobreza na primeira infância (BSP).

Em relação a 2015, em 2016 houve uma queda nos benefícios repassados, sendo que o total no Brasil, nesse ano, foi de 41.267.579; em Salvador, foi de 506.882; entretanto, essa queda não se aplica à Bahia. Ao contrário disso, de 2015 para 2016, houve um aumento do total de benefícios repassados ao estado baiano: se em 2015 esse número era de 5.152.659, em 2016 alcançou o número de 5.183.644. Essa variação - tanto para mais, quanto para menos - aplica-se também às análises individuais de cada benefício. Os benefícios somados compõem o valor médio mensal que cada família recebeu enquanto beneficiária do Bolsa Família nesses dois anos.

Do total repassado para Salvador em 2015, foram destinados 35% para o Básico; 17% para Crianças de 0 a 6 anos de idade; 27% para Adolescentes de 7 a 15 anos de idade; 8% para Jovens de 16 e 17 anos (BVJ); menos de 1% para Gestantes; 1% para nutrizes 12% para superação da extrema pobreza na primeira infância (BSP). Novamente o dado disponível não aponta benefício pago para variáveis de Caráter Extraordinário (BVCE).

**Gráfico 3 - Benefícios do Programa Bolsa Família, Salvador 2015**



Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

O percentual de 17% refere-se às “Variáveis para crianças de 0 a 6 anos”, enquanto 27% refere-se às “Variáveis para adolescentes de 7 a 15 anos”, o que sugere que existem famílias com mais adolescentes e menos crianças de 0 a 6 anos, dado que demonstra a inverdade de discursos que disseminam a ideia de que o PBF estimularia o ócio, impulsionaria a gravidez das mulheres supostamente interessadas no aumento do valor recebido (que é pago de acordo com o número de filhos de até 17 anos), entre outros contrassensos que fragilizam o Programa e desrespeitam seus beneficiários, cidadãos historicamente marginalizados e maltratados pelas políticas públicas. Tanto é assim, que a quantidade de benefícios destinados a gestantes em Salvador, em 2015, representa menos de 1% do total de benefícios.

Muito embora não tenha efetuado mudanças no sentido de universalizar direitos sociais, o Programa Bolsa Família amplia consideravelmente o número de benefícios pagos de 2011 a 2013, porém um dado preocupante é que vem sofrendo uma queda em nível nacional desde então.

Apesar de atenuar a pobreza por meio da erradicação da fome e da promoção da consciência dos direitos sociais e cidadania, esse declínio sugere que, ao invés de o PBF efetivar a seguridade social como um direito, esta foi sendo enfraquecida. Como afirma Cohn (2013), é imperativo o cuidado para que o Programa não se transforme em uma “[...] gigantesca folha de pagamento sofisticado, mas que perde a dimensão de uma construção social, e assim se esvazia”.

Essa tomada de consciência de direito e cidadania tem muito a ver com a criação do Cadastro Único, que representa, em relação aos PBF, uma mudança de paradigma no que diz respeito aos programas sociais. Seguramente, o avanço e o aperfeiçoamento operacional nos cadastros e a descentralização do Estado foram, por excelência, os maiores responsáveis pela expansão do PBF. Outra consequência deste aperfeiçoamento operacional foi garantir uma maior autonomia dos beneficiários.

Desde seu surgimento, até então, já foram criados sistemas, tecnologias e unidades, apenas para tratar de assuntos relacionados a ele, o que propiciou a esse

Programa um maior grau de institucionalização capilarizada, agregando-lhe um caráter de “quase direito”, devido à importância que assume aos seus usuários.

[...] essa maior institucionalidade ocorre sob a racionalidade de uma área já constituída enquanto saber e prática (o campo da assistência social), que, no entanto, se confronta com uma cultura política própria, marcada fortemente pela herança do assistencialismo. O que nos importa aqui é o fato de que o conteúdo da cidadania que qualquer programa ou política social transmite aos seus beneficiários e usuários é realizado fundamentalmente por meio da prática de seus profissionais, e, portanto, de suas instituições. Neste ponto específico, a diversidade brasileira dos municípios e das culturas políticas locais acaba por representar um obstáculo que vem sendo suplantado gradativamente pela gestão nacional do PBF para que ele não perca seu traço original de buscar, via transferência condicionada de renda, a autonomização dos sujeitos sociais enquanto portadores de direitos. (COHN, 2013, p.459)

Isso significa, na prática, que sem intermediários, o dinheiro é transferido diretamente para conta do indivíduo, e esse, de posse do seu cartão magnético, faz uso dessa renda da melhor maneira que lhe convém. Não é um “vale” para comprar isso ou aquilo de forma pré-determinada, mas uma possibilidade de os beneficiários terem alguma margem de manobra e escolha, ainda que limitada, em suas práticas de consumo.

Com a criação de programas e secretarias próprias para o PBF, buscou-se suplantá-lo seu caráter meramente assistencialista, permitindo que os governos pudessem acompanhar mais de perto as famílias em termos da realidade de suas residências, da identificação de cada membro da família, sua escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outros elementos.

#### **h) Sobre as características dos domicílios das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família**

Nos dados analisados, verifica-se que, no Brasil, em 2016, de um total de 13.805.497 famílias, pouco mais de um terço (5.013.767) possuía rede coletora de esgoto em seus domicílios. É grande o número de famílias que não dispõem de rede coletora de esgoto no país: são 6.806.208 famílias. Essas famílias utilizam outros

meios, tais como a fossa rudimentar, vala a céu aberto, escoamento direto no rio, lago ou mar etc.

Outro dado que chamou a atenção foi que em 2016, 32.275 casas na Bahia ainda utilizavam vala a céu aberto, o que acarreta mau cheiro, baratas e ratos, causando doenças como leptospirose, hepatite A, verminoses e viroses nesses lugares.

No Brasil, em 2016, 10.777.629 domicílios tinham iluminação elétrica com medidor próprio e 798.600 com medidor comunitário. Os domicílios dos beneficiários do PBF, com iluminação a óleo, querosene ou gás são 194.656, isso demonstra que em pleno século XXI, quase 200.000 casas tem um tipo arcaico de iluminação, utilizando óleo, querosene ou gás e a vela. Em 2016, eram 358.057 domicílios iluminados por vela. Na Bahia, no mesmo ano, 1.492.090 domicílios dispunham de iluminação com medidor próprio. Já em Salvador, em 2016, 149.190 casas possuíam iluminação elétrica com medidor próprio, sendo que 17.751 não tinham medidor em casa, sugerindo que não contavam com energia elétrica.

Em 2016, no Brasil, 9.177.447 domicílios tinham abastecimento de água por rede geral de distribuição. Registra-se que neste mesmo ano, 2.666.073 casas eram abastecidas por água de poço ou nascente. Em outros termos, em 2,6 milhões de domicílios não havia água potável para beber, fato que tende a acarretar muitos problemas de saúde. Aproximadamente, 528.276 domicílios eram munidos por cisternas. Na Bahia, cerca de 1.185.005 casas têm rede geral de distribuição de água. No Estado, 273.401 casas dos beneficiados são abastecidas por poço ou nascente. Já em Salvador, no ano de 2016 aproximadamente 161.752 casas foram abastecidas por rede geral de distribuição de água.

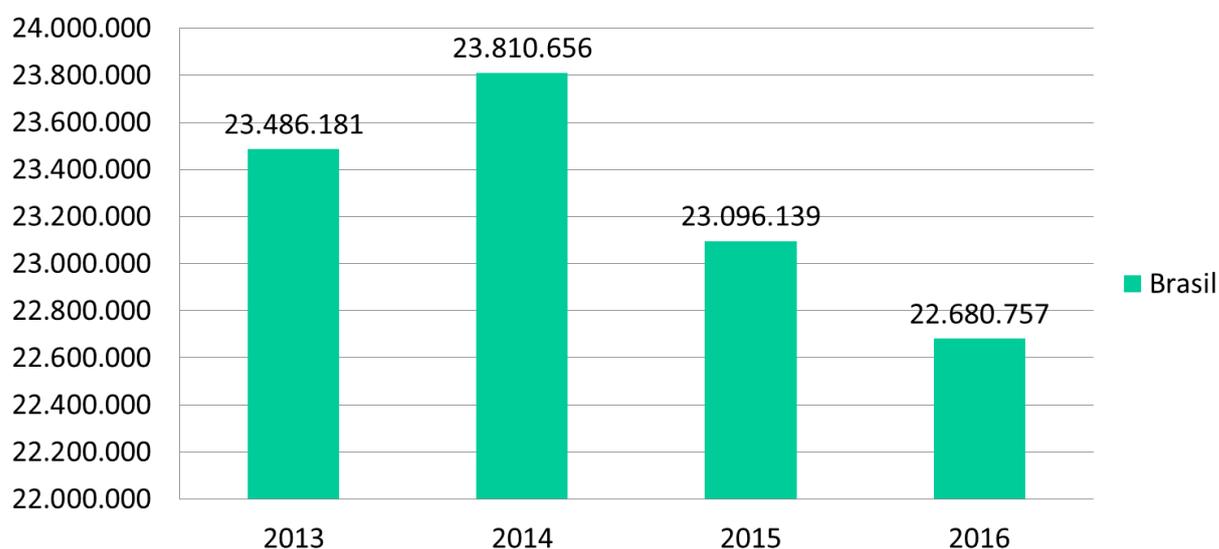
#### **i) Sobre o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família por sexo, idade e cor/raça**

Das pessoas inscritas no Cadastro Único no Brasil no ano de 2016, 20.192.212 são homens contemplados pelo Bolsa Família, ao passo que as mulheres correspondem a um total de 26.356.531. Sendo assim, 58% das pessoas inscritas no Cadastro Único são contempladas pelo Programa Bolsa Família no Brasil. Não foi

possível fazer o levantamento para Bahia e Salvador em relação aos beneficiários no PBF por sexo, em função da falta de informações desses dados no Data CAD.

Com base nos dados do Gráfico 4 no ano de 2016, no Brasil, havia aproximadamente 22,680 milhões de beneficiários com 0 a 17 anos. Deste total, há um predomínio de beneficiário na faixa etária de 10 a 14 anos, representando cerca de 30,1% do total de beneficiários. É interessante notar, ainda, que houve uma redução do número de beneficiários no período de 2013 a 2016, que passou de 23,4 milhões de beneficiários para 22,6 milhões, representando uma redução de cerca 805 mil.

**Gráfico 4 - Quantidade dos beneficiários do Programa Bolsa Família por idade (0 - 17 anos), Brasil, 2013-2016.**

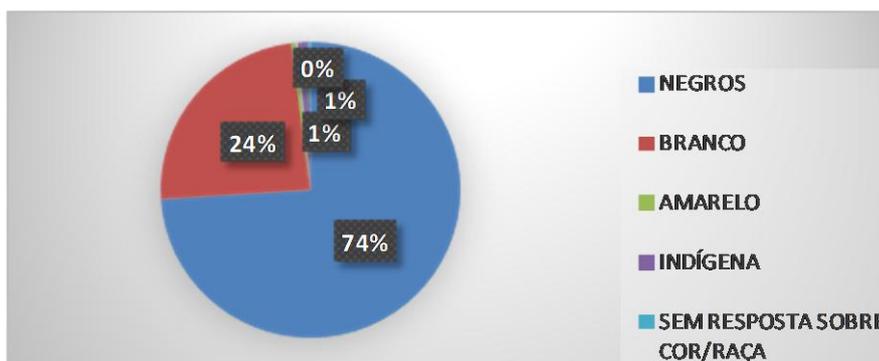


Fonte: Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Em relação a Salvador no ano de 2015, observa-se que o maior percentual corresponde a faixa etária entre 10 a 14 anos de idade. O Gráfico 4 expõe a distribuição do percentual entre as faixas etárias de 0 a 17 anos.

Em 2015, do total de 46.548.743 beneficiários que responderam à pergunta sobre cor/raça, verificou-se que 34.587.572 se classificaram como pretos ou pardos, equivalendo a 74% dos respondentes. Em segundo lugar, com 24%, encontram-se os beneficiários que se declararam de cor/raça branca, cerca de 11.132.580 dos beneficiários. Posteriormente, 232.449 (0,5%) dos beneficiários se autodeclararam de cor/raça amarela e 122,866 (0,3%) não responderam sobre sua cor/raça.

**Gráfico 5 - Perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família por raça, Brasil, 2014-2016**

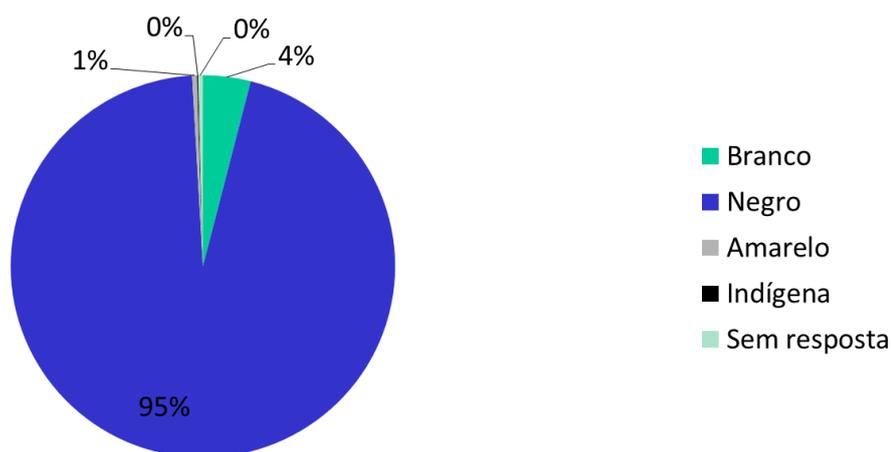


Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Na análise do gráfico acima, chamou atenção a redução do número de beneficiários sem resposta para questão sobre cor/raça. Podemos perceber que se compararmos este índice na série histórica apresentada (2014-2016), o Brasil possuía 290.798 (0,6%), o Estado da Bahia 24.430 (0,4%) e Salvador 3.524 (0,8%) respectivamente de beneficiários sem resposta sobre cor/raça no ano de 2014.

O Gráfico 6 demonstra o caso específico de Salvador no ano de 2015:

**Gráfico 6 - Perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família por raça, Salvador, 2015**



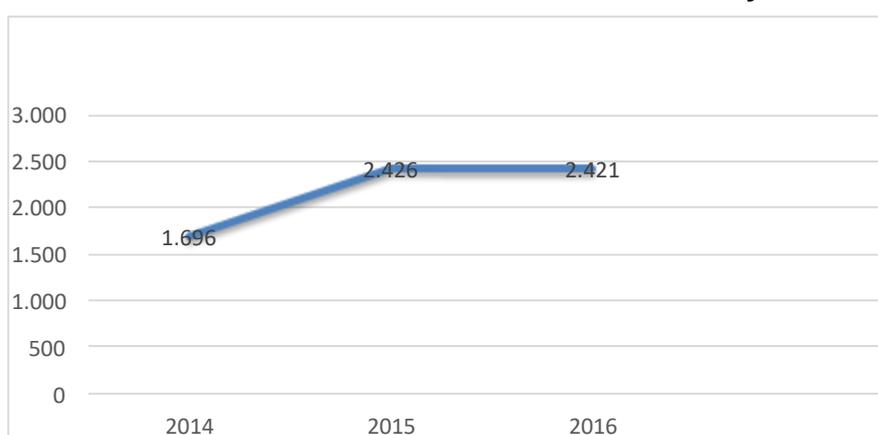
Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

O gráfico acima indica que em Salvador, no ano de 2015, 95% dos beneficiários do Programa Bolsa Família eram negros (pretos ou pardos). A

população da capital baiana tem a maior ancestralidade africana, sendo inclusive considerada a cidade mais negra fora do continente africano.

Ainda sobre a composição étnico-racial dos beneficiários do PBF, outro dado que também chama atenção é o aumento da quantidade de beneficiários indígenas, principalmente em Salvador. Percebemos que a única categoria em que houve um aumento, com cerca de 730 beneficiários do Programa Bolsa Família entre o ano de 2014 e 2015, foi a cor/raça amarela. Podemos ver no gráfico abaixo que, no ano de 2014, 1.696 beneficiários se declararam da cor amarela, já em 2016, esse número subiu para 2.426.

**Gráfico 7 - Quantidade de beneficiários do PBF de cor/raça amarela**



Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

A maneira como os dados das categorias raça e gênero se cruzam chama a atenção para o fato de que as mulheres beneficiárias são também negras.

Diante dos resultados apresentados, é possível perceber que o perfil dos cidadãos em vulnerabilidade social e/ou que recebem o Bolsa Família é composto, em sua maioria, por mulheres negras, fato que demonstra que a igualdade de gênero e a democracia racial estão longe de serem realidades consolidadas. Nesse sentido, é preciso considerar a ideia de interseccionalidade: as experiências de humilhação social e opressão ligadas a classe, gênero e raça/etnia não são independentes, mas sim, interligadas e sobrepostas nas mulheres negras e pobres, alvos de opressões de caráter espoliador, escravocrata, patriarcal e eurocêntrico, as quais interseccionam preconceitos de raça/etnia, gênero e classe, entre outros, que

revelam de maneira gritante o contraste entre os privilégios de algumas poucas pessoas e as segregações vividas pela maioria.

Assim, para o desenvolvimento de futuras análises desdobradas desta pesquisa, especialmente na segunda etapa, nota-se a importância de debatermos de maneira mais aprofundada o conceito de interseccionalidade, proposto pelo movimento feminista negro; caso contrário, poderemos incorrer no risco de reproduzir dicotomias entre negro e branco, homem e mulher, pobre e rico, como se no escopo dessas categorias, quando encarnadas nas vidas concretas, não houvesse mediações e diálogos, ou sobreposições de marcadores de desigualdades sociais.

### 3.2 SOBRE OS INDICADORES DO DATA CON

Conforme descrito no segundo capítulo deste relatório, foram construídos indicadores específicos relacionados às condicionalidades do programa Bolsa Família na área da Educação. Nesta seção, os dados referentes ao acompanhamento da frequência escolar serão expostos.

#### **a) Sobre o acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos**

Considerando que o Programa Bolsa Família tem por objetivo intervir e produzir mudanças, em longo prazo, nos condicionantes da reprodução da pobreza, uma das suas principais condicionalidades refere-se à Educação. Em busca de analisar os impactos desse Programa no âmbito da Educação, utilizou-se o banco de dados do Ministério do Desenvolvimento Social. O MDS disponibiliza os dados referentes ao acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes (de 6 a 17 anos) e de jovens (de 16 e 17 anos).

Essas análises priorizaram os dados do Brasil, Bahia e Salvador, no período entre 2009 e 2015. O acompanhamento da frequência escolar é bimestral e voltado para todos os estudantes entre 6 e 17 anos de idade, sendo uma das condicionalidades exigidas aos alunos provenientes de famílias beneficiárias do

PBF. A rede nacional do acompanhamento da frequência escolar inclui os 5.570 municípios brasileiros.

A Tabela 6 explicita o acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos em termos de quantitativo e percentual, no período entre 2009 e 2015 no Brasil, na Bahia e no município de Salvador. O ano de 2016 não foi inserido na série histórica em função da indisponibilidade das informações no período do levantamento dos dados na plataforma do site do MDS. Na referida tabela é possível observar informações relativas ao total de crianças e adolescentes público da Educação pública e à quantidade de crianças e adolescentes acompanhados e não acompanhados na frequência escolar.

**Tabela 06 - Acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos - Brasil, Bahia, Salvador, 2009-2015**

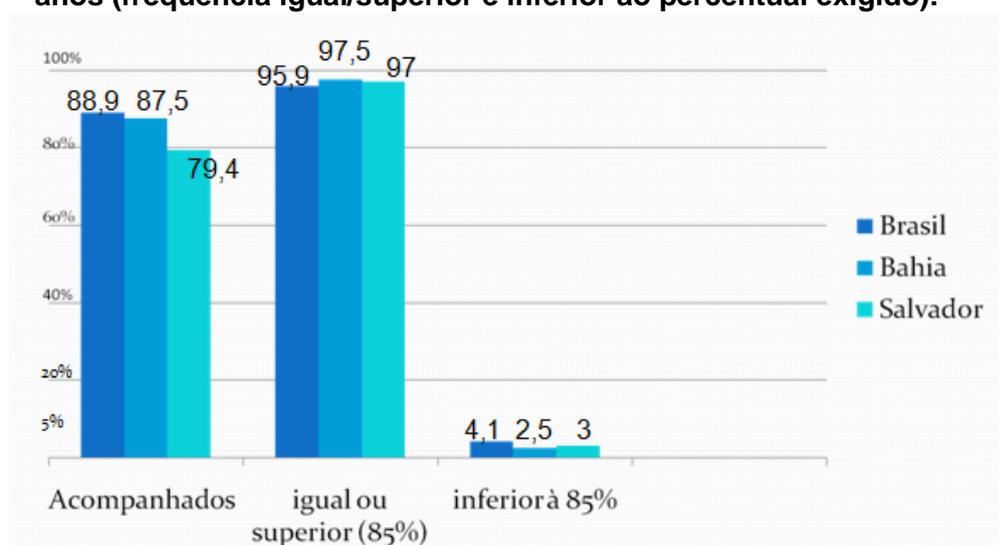
Localidade	Ano	Total de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos público da educação	Quantidade de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos acompanhados na frequência escolar		Quantidade de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos acompanhados com frequência escolar igual ou superior à 85%		Quantidade de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos acompanhados com frequência escolar inferior à 85%		Quantidade de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos beneficiárias não localizadas no acompanhamento da frequência escolar	Quantidade de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos beneficiárias localizadas nas escolas, mas sem informação de frequência escolar	Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não acompanhados nas condicionalidades de Educação - Sistema Presença (%)
			V.A	%	V.A	%	V.A	%			
BRASIL	2015	16.726.605	14.866.327	88,9	14.253.726	95,9	612.601	4,1	1.250.616	609.662	11,1
BAHIA	2015	1.918.494	1.678.657	87,5	1.637.305	97,5	41.352	2,5	157.562	82.275	12,5
SALVADOR	2015	189.220	150.157	79,4	145.673	97	4.484	3	21.783	17.280	20,6
BRASIL	2014	17.110.353	15.685.438	91,67	15.107.555	96,32	577.883	3,68	1.096.552	328.363	8,33
BAHIA	2014	1.969.973	1.768.057	89,75	1.724.340	97,53	43.717	2,47	140.912	61.004	10,25
SALVADOR	2014	167.193	126.257	75,52	122.488	97,01	3.769	2,99	17.652	23.284	24,48
BRASIL	2013	17.447.017	16.085.160	92,19	15.438.385	95,98	646.775	4,02	751.210	610.647	7,81
BAHIA	2013	2.004.571	1.789.597	89,28	1.742.164	97,35	47.433	2,65	94.245	120.729	10,72
SALVADOR	2013	189.770	131.647	69,37	128.149	97,34	3.498	2,66	15.933	42.190	30,63
BRASIL	2012	17.975.527	15.695.246	87,31	15.166.390	96,63	528.856	3,37	1.730.628	549.653	12,69
BAHIA	2012	2.100.352	1.790.762	85,26	1.757.489	98,14	33.273	1,86	225.860	83.730	14,74
SALVADOR	2012	201.570	150.539	74,68	147.769	98,16	2.770	1,84	30.317	20.714	25,32
BRASIL	2011	17.204.619	14.906.818	86,64	14.364.685	96,36	542.133	3,64	1.977.158	320.643	13,36
BAHIA	2011	2.024.893	1.692.873	83,6	1.649.400	97,43	43.473	2,57	284.217	47.803	16,4
SALVADOR	2011	197.412	141.290	71,57	138.514	98,04	2.776	1,96	55.440	682	28,43
BRASIL	2010	17.516.955	15.511.961	88,55	14.955.801	96,41	556.160	3,59	1.758.112	246.882	11,45
BAHIA	2010	2.067.722	1.794.120	86,77	1.748.887	97,48	45.233	2,52	245.714	27.888	13,23
SALVADOR	2010	205.455	148.190	72,13	146.463	98,83	1.727	1,17	55.194	2.071	27,87
BRASIL	2009	17.794.907	15.733.451	88,42	15.302.099	97,26	431.352	2,74	1.365.812	695.644	11,58
BAHIA	2009	2.087.420	1.824.431	87,4	1.787.572	97,98	36.859	2,02	144.752	118.237	12,6
SALVADOR	2009	202.619	143.510	70,83	142.591	99,36	919	0,64	19.187	39.922	29,17

Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.  
Observação: dado refere-se ao último bimestre de cada ano.

No ano de 2015, em âmbito nacional, o total de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos que compunha o público da educação era 16.726.605. Desses, 14.866.327 de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos foram acompanhados na frequência escolar, isso significa um percentual de 88,9%. Em Salvador, o total do público da educação era de 189.220, sendo que 150.157 (79,4%) foram acompanhados na frequência escolar, ou seja, na capital baiana, mais de 20% dos estudantes não foram acompanhados na frequência escolar nesse período. Observa-se, ainda, que Salvador ficou abaixo da média nacional. Esse dado levamos a algumas indagações, por exemplo: seria esse um indicador de um problema técnico-administrativo? Ou um problema de gestão política?

Em relação ao acompanhamento de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos com frequência escolar igual ou superior ao exigido (85%), no Brasil, tem-se o total de 14.253.726 estudantes acompanhados; no estado da Bahia, 1.637.305; e em Salvador, 145.673. Assim, no município de Salvador, dos 150.157 estudantes acompanhados, 97% têm frequência escolar igual ou superior a 85%, percentual acima do nacional, que é de 95,9%. Conseqüentemente, no caso dos estudantes com frequência escolar inferior ao percentual exigido, Salvador apresenta 3%, ou seja, um percentual também abaixo do nacional (4,1%), e próximo ao estadual de (2,5%).

**Gráfico 8 - Percentual da Frequência escolar de crianças e adolescentes entre 6 a 17 anos (frequência igual/superior e inferior ao percentual exigido):**

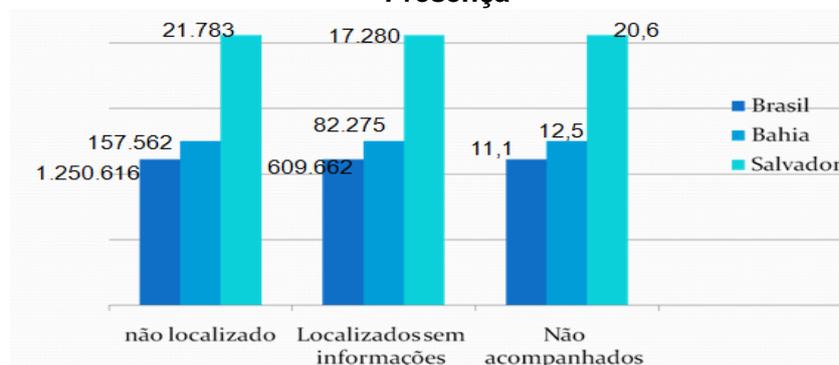


Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Do total de alunos matriculados na rede pública de educação, o Brasil tem 1.250.616 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos beneficiárias do PBF não localizados no sistema de acompanhamento da frequência escolar; já a Bahia tem 157.562; e Salvador, 21.783. Há ainda um número significativo de beneficiários localizados em determinadas escolas, mas sem informação sobre sua frequência escolar; o Brasil possui 609.662 estudantes nessa condição, enquanto a Bahia possui 82.275 e Salvador 17.280. Esses dados revelam, em termos percentuais, que a capital da Bahia ficou com percentual de 20,6% de alunos sem acompanhamento de frequência escolar; logo, quase o dobro que o percentual estadual (12,5%) e nacional (11,1%).

De fato, chama a atenção que, analisando o período entre 2009 a 2015, os percentuais de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos sem acompanhamento no “Sistema Presença” (condicionalidade do PBF atrelada à Educação), evidenciam que Salvador deixou de acompanhar mais alunos, ao longo de todo esse período, se comparado aos sistemas de controle de presença nacional e estadual. Essa percepção levanta indagações de caráter técnico, ético e político em relação às prioridades e especificidades na gestão de políticas educacionais no município de Salvador nesse período, embora não pretendamos abordar aqui, por não ser o foco deste trabalho. A análise histórica do quantitativo de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não acompanhados na condicionalidade de Educação (Sistema Presença), referente aos anos de 2009 a 2015, reflete a mesma situação: percentual do município maior que o nacional e o estadual em todo período.

**Gráfico 9 - Crianças e adolescentes (6 a 17 anos) sem acompanhamento no Sistema Presença**



Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Dentre o total de alunos na rede pública de educação, analisamos a quantidade de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos categorizadas como “beneficiários não localizados no acompanhamento da frequência escolar” do Programa, percebe-se que o Brasil tem 1.250.616 beneficiários não localizados, enquanto a Bahia tem 157.562 e Salvador 21.783. Os beneficiários localizados nas escolas, mas sem informação de frequência escolar, no Brasil representam um total de 609.662 estudantes; na Bahia, 82.275 e em Salvador, 17.280. Esse dado demonstra que 20,6% é o percentual de crianças e adolescentes não acompanhados nas condicionalidades de Educação (Sistema Presença), em Salvador, sendo um índice significativamente mais elevado que o estadual (12,5%) e o nacional (11,1%). A análise da Tabela 6 ao longo dos anos demonstra ainda que o percentual do município foi maior que o nacional e o do estado. Segundo o MEC, o programa vem tendo um impacto positivo, pois a porcentagem de frequência escolar informada pelas escolas elevou-se.

A categoria “beneficiários não localizados” refere-se aos estudantes cuja situação escolar não está atualizada, ainda que esse dado seja essencial para o acompanhamento da frequência escolar, uma das condicionalidades do Programa. Esses não estão vinculados a nenhuma escola no Sistema Presença no qual é registrada a frequência escolar.

Craveiro e Ximenes (2013, p. 113) indicam três pontos como relevantes para aprimorar as etapas subsequentes da coleta da frequência escolar dos estudantes do PBF. Desses três pontos, destacamos aqui os dois primeiros:

- 1) buscar a efetivação do direito à educação para todos, mediante a avaliação dos beneficiários que se encontram em situação de “não localizados”, adotando forte ação intersetorial nos três níveis de governo para identificação daqueles que de fato estão “fora da escola”;
- 2) avaliar intersetorialmente os registros de ocorrências de “baixa frequência”, desistência, abandono e evasão escolar, mobilizando a rede de proteção ao escolar quando se detectar motivos que sinalizam violação de direitos. (CRAVEIRO & XIMENES, 2013, p. 113)

A exigência da permanência na escola tem como argumento o direito à educação. Contudo, a baixa frequência, o abandono temporário ou mesmo a evasão escolar são fatores que nos levam a pensar que os desafios educacionais estão para muito além do acesso e da permanência dos alunos na escola, bem como a conclusão de todas as etapas. Existem vários fatores que comprometem a trajetória e o rendimento escolar dos estudantes, para além do esforço deles.

A questão do fracasso escolar, como tão bem já demonstrou Patto (2015) é histórica, multifatorial e tem suas raízes em uma sociedade desigual, atravessada por opressões e governada por grupos oligárquicos que jamais se preocuparam efetivamente em criar políticas para valorizar o trabalho do professor, ampliar o repertório intelectual dos alunos e fomentar neles o espírito crítico e cidadão. Ao invés disso, o discurso dominante tende a isentar os descasos do sistema e focar as capacidades ou dificuldades individuais, deixando de lado indagações necessárias sobre a qualidade do ensino e a realidade concreta das escolas públicas. É importante estarmos atentos ao cotidiano escolar sucateado pelo poder público e violento em suas práticas, pois eles produzem e reproduzem práticas de exclusão, segregação e desinteresse pedagógico. Afora isso, a desigualdade social que assola nosso país, sem ser enfrentada por um conjunto de ações e políticas públicas, aparece por meio de fenômenos como o analfabetismo, o desemprego, o subemprego, a desnutrição, a falta de moradia própria, a ausência de saneamento básico etc.

O insucesso na trajetória escolar pode acarretar também menor acesso a direitos básicos, acabando por reproduzir o ciclo de pobreza da geração anterior. A educação exerce, certamente, papel fundamental no rompimento deste ciclo à medida que consegue assegurar aos sujeitos de direitos uma educação de qualidade social com aprendizagens significativas. Para a conquista desta qualidade socialmente referenciada, a assiduidade nas atividades escolares é condição fundamental. (CRAVEIRO & XIMENES, 2013, p.110)

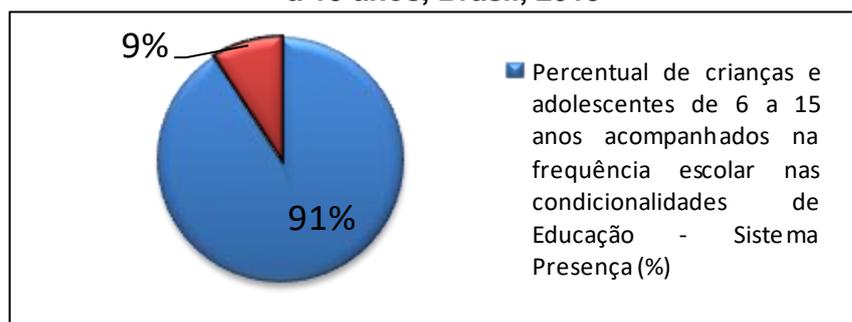
Segundo os autores, o acompanhamento da frequência escolar como condicionalidade do Programa tem se apresentado eficaz em seu propósito. Os estudantes beneficiários têm apresentado uma menor taxa de abandono escolar, tanto no nível fundamental como no médio. Ainda para esses autores, “a

permanência na escola (formação de um “hábito escolar”) e a regularidade elevada de frequência às aulas contribuem para reduzir as diferenças nas taxas de aprovação dos estudantes do PBF contra os demais da rede pública no ensino fundamental” (ibidem, 2013, p.120).

### **b) Sobre o acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos**

Tendo como base o ano de 2015, o total de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos a nível nacional equivale a 13.388,744, sendo que desse total 91% (ou seja, 12,186,902 beneficiários) cumprem a condicionalidade de educação do Programa e são acompanhados na frequência escolar, como podemos ver no Gráfico 10:

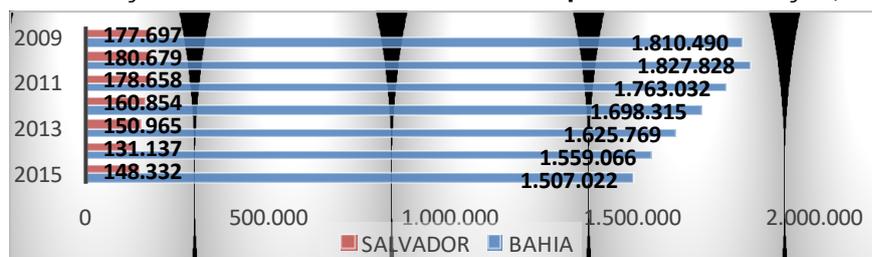
**Gráfico 10 - Acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, Brasil, 2015**



Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Na análise da série histórica entre os anos de 2009 e 2015, ainda sobre o total de crianças e adolescentes que compõem o público da educação, percebemos que entre os anos de 2011 e 2012 há uma redução desta quantidade em nível Municipal e Estadual, como podemos ver no gráfico a seguir:

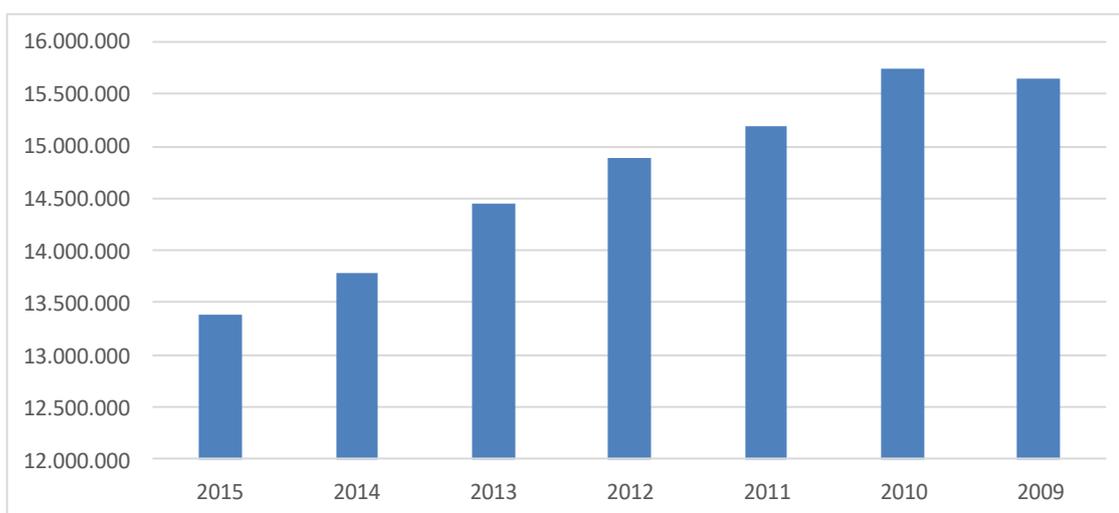
**Gráfico 11 Total crianças e adolescentes de 6 a 15 anos público da educação, Bahia e Salvador**



Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Mas essa redução foi ainda maior a nível Nacional, o Brasil que antes tinha um total de 15.193.991 crianças e adolescentes, passa para 14.896.854, uma redução de 297,137 crianças e adolescentes.

**Gráfico 12 - Total de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos público da educação, Brasil**



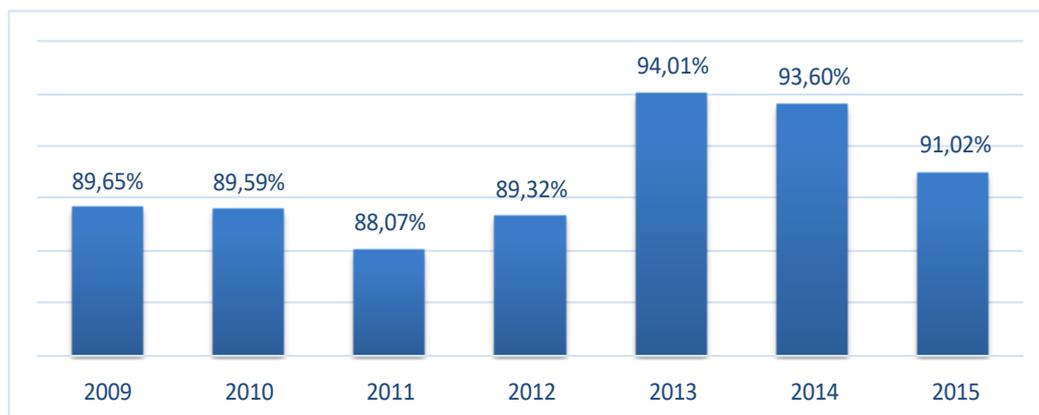
Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

O registro do acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) é realizado cinco vezes ao ano, por meio do Sistema Presença/MEC. A tabela elaborada pela equipe da “Pesquisa Educação, Pobreza e Desigualdades Sociais” tendo como fonte o site do Ministério do Desenvolvimento Social, Sistema de Acompanhamento das Condicionalidades (SICON), tem como base os últimos bimestres de cada ano.

Dessa quantidade de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados na frequência escolar, no Brasil, cerca de 11.750,489 possuem frequência escolar igual ou superior à 85%, sendo que apenas 436.413 tem frequência escolar inferior a 85%, equivalendo a 3,5%. Verifica-se ainda que, no Brasil, no ano de 2015, o índice de acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes foi de 91%. Se compararmos este índice na série histórica apresentada (2009-2015), identificamos que houve uma oscilação do mesmo. Em 2009, o índice representava 89,6% e em 2014 alcançou o patamar de 94,01%, para em 2016 voltar a cair para

91%. Vale ressaltar que em 2015, existiam no Brasil 1.201.842 de crianças e adolescente sem acompanhamento da frequência escolar.

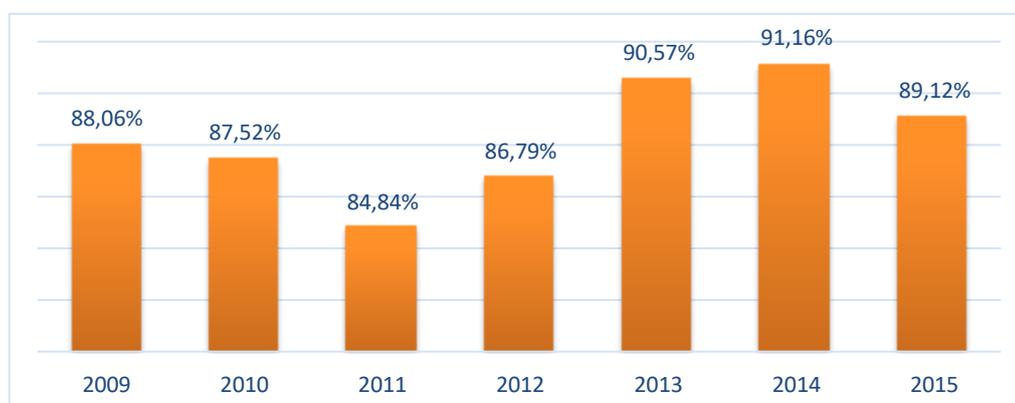
**Gráfico 13 - Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados na frequência escolar, Brasil**



Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

O Estado da Bahia, nesse mesmo ano e período, o índice de acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes foi de 89% e da mesma forma que no Brasil, ocorreu uma oscilação desse índice ao longo dos 6 anos, no período de 2009-2015, chegando a uma recuperação de aproximadamente 5% entre o ano de 2012, que possuía 86,79%, para os 91,16% do ano de 2014. Mas apesar de sair da faixa dos 80% no período de 2013 e 2014, o índice voltou a ter uma queda no período de 2015, passando a possuir um percentual de 89,12%.

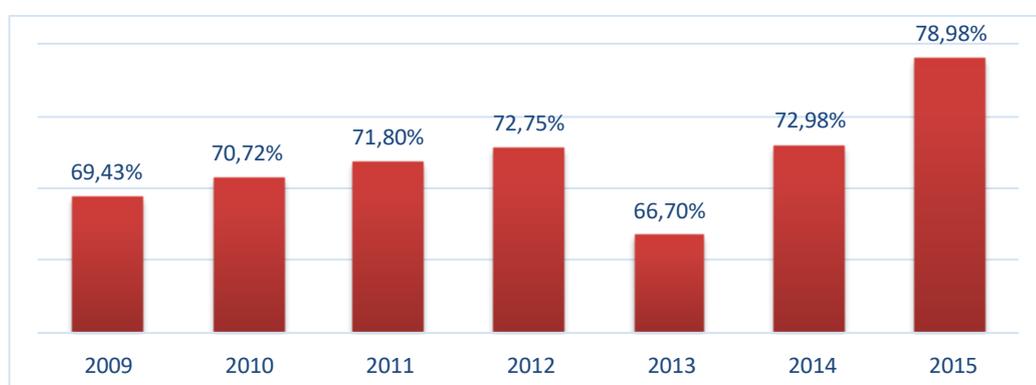
**Gráfico 14 - Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados na frequência escolar, Bahia**



Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Em Salvador, entre o período de 2009 a 2012 podemos perceber que ocorreu um aumento desta quantidade em cerca de 3,32%, passando de 69,43% em 2009, para 72,75% em 2012. Entretanto, no ano de 2013 houve uma queda de 6%, recuperando-se no ano de 2015, em que alcançou sua maior porcentagem, com 78% de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados na frequência escolar. Contudo, apesar desse aumento, observamos que em Salvador, há sempre uma pequena variação ao longo dos anos, ficando sempre entre 70% e sempre abaixo da média estadual e nacional.

**Gráfico 15 - Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados na frequência escolar, Salvador**

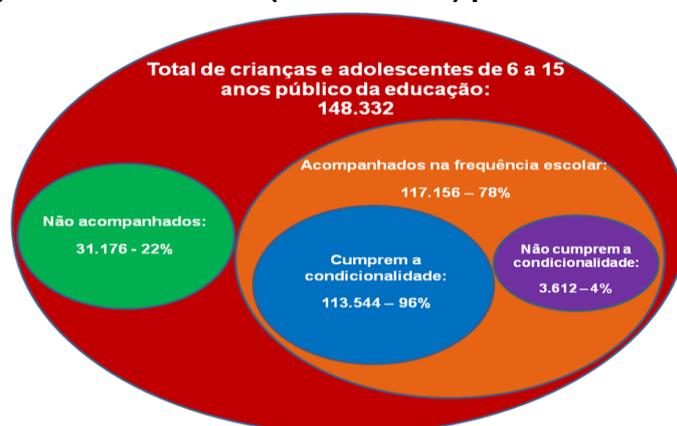


Fonte:

Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

A ilustração a seguir apresenta os dados específicos do município de Salvador no ano de 2015 em relação às crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade público da educação:

**Figura 4 - Crianças e adolescentes (06 a 15 anos) público da educação, Salvador, 2015**



Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Na Tabela 7 podem-se acompanhar os dados da série histórica entre os anos de 2009 e 2015:

**Tabela 7 - Acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos - Brasil, Bahia, Salvador, 2009-2015**

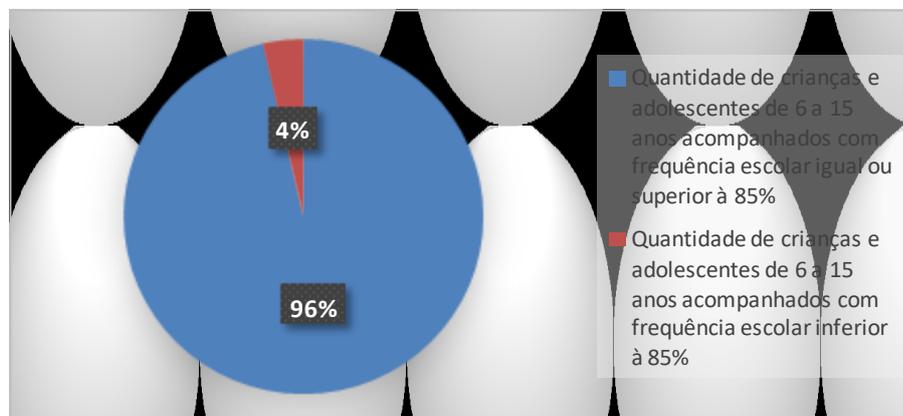
Localidade	Ano	Total de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos público da educação	Quantidade de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados na frequência escolar	Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados na frequência escolar (%)
<b>BRASIL</b>	2015	13.388.744	12.186.902	91,02
<b>BAHIA</b>	2015	1.507.022	1.343.064	89,12
<b>SALVADOR</b>	2015	148.332	117.156	78,98
<b>BRASIL</b>	2014	13.775.932	12.894.894	93,6
<b>BAHIA</b>	2014	1.559.066	1.421.292	91,16
<b>SALVADOR</b>	2014	131.137	95.707	72,98
<b>BRASIL</b>	2013	14.447.143	13.581.419	94,01
<b>BAHIA</b>	2013	1.625.769	1.472.525	90,57
<b>SALVADOR</b>	2013	150.965	100.691	66,7
<b>BRASIL</b>	2012	14.896.854	13.305.702	89,32
<b>BAHIA</b>	2012	1.698.315	1.473.894	86,79
<b>SALVADOR</b>	2012	160.854	117.018	72,75
<b>BRASIL</b>	2011	15.193.991	13.381.008	88,07
<b>BAHIA</b>	2011	1.763.032	1.495.682	84,84
<b>SALVADOR</b>	2011	178.658	128.271	71,8
<b>BRASIL</b>	2010	15.740.932	14.102.049	89,59
<b>BAHIA</b>	2010	1.827.828	1.599.649	87,52
<b>SALVADOR</b>	2010	180.679	127.773	70,72
<b>BRASIL</b>	2009	15.646.570	14.026.573	89,65
<b>BAHIA</b>	2009	1.810.490	1.594.300	88,06
<b>SALVADOR</b>	2009	177.697	123.381	69,43

Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

No Brasil, tendo como base o ano de 2015, do total de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos que foram acompanhados, 96,42% possuíam frequência escolar

igual ou superior à 85%, contudo, 436.413 crianças e adolescentes acompanhados tiveram a frequência escolar inferior a 85%.

**Gráfico 16 – Acompanhamento da frequência escolar, Brasil, 2015**



Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Em relação à quantidade de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados com frequência igual ou superior a 85%, observamos que a Bahia e sua capital Salvador conseguem estar sempre a frente da média nacional no que diz respeito ao acompanhamento em toda série histórica de 2009-2015. No ano de 2009, Salvador conseguiu alcançar a marca de 99,31% de crianças e adolescentes acompanhados que cumpriram a condicionalidade do Programa, com frequência igual ou superior a 85%.

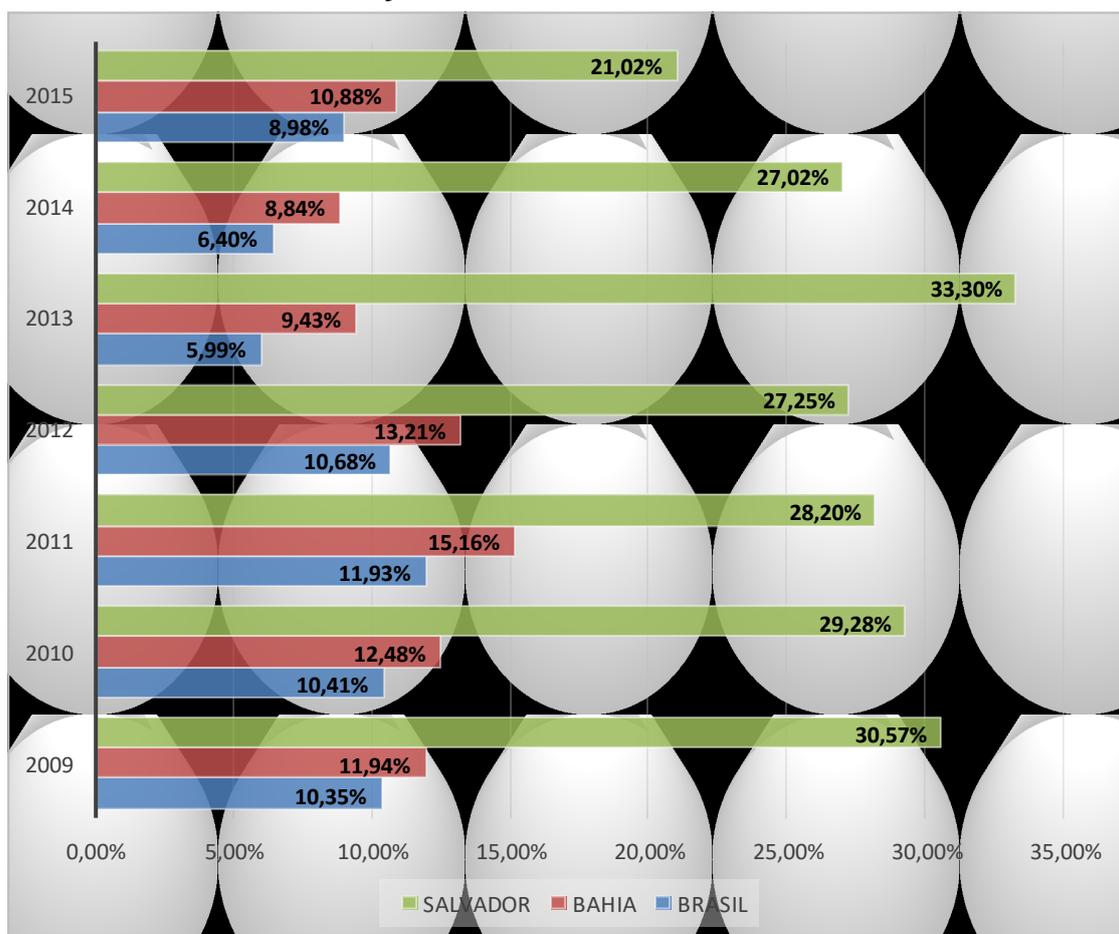
Com relação ao indicador “Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados com frequência escolar inferior a 85% (2009 - 2015) - Brasil, Bahia, Salvador”, há duas categorias a se observar: uma com a Quantidade de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados na frequência escolar, e outra com a Quantidade de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados com frequência escolar inferior à 85%. Observa-se que, ao longo de 7 anos, ocorreu um aumento significativo deste percentual, principalmente quando se observa a capital baiana, que em 2009 tinha menos de 1% de crianças que descumpriam a condicionalidade com frequência inferior a 85%, e em 2015 esse índice caiu para 3,08%. Em nível nacional e estadual, essa taxa se manteve entre 2 e 3%.

Com o acompanhamento da frequência escolar e o adequado registro dos motivos de baixa frequência, cabe supor o impacto de vulnerabilidades sociais que

as famílias beneficiárias possivelmente vivenciaram. Com esse diagnóstico, consegue-se planejar ações para auxiliar essas famílias a superar tais situações de vulnerabilidade. Por isso é tão importante o uso da lista de motivos que justifiquem a baixa frequência escolar.

No Gráfico 17, a seguir, pode-se observar o percentual de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos não acompanhados nas condicionalidades de Educação no período histórico entre os anos de 2009 e 2015, no Brasil, na Bahia e em Salvador. No comparativo, constata-se que o município de Salvador, em relação ao estado e ao país, possui o maior percentual de crianças e adolescentes que não são acompanhados nas condicionalidades na área da Educação em todos os anos no período destacado.

**Gráfico 17 - Crianças e adolescentes (6 a 15 anos) não acompanhados no Sistema Presença - Brasil, Bahia, Salvador, 2009-2015**



Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

O Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos não acompanhados nas condicionalidades de Educação é formado a partir da soma da quantidade de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos beneficiárias não localizados no acompanhamento da frequência escolar, com a quantidade de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos beneficiárias localizados nas escolas, mas sem informação de frequência escolar.

Os alunos registrados como não localizados, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, seriam aqueles que não tiveram informações escolares identificadas no Sistema Presença. Conforme o MDS, essa situação pode indicar apenas que o estudante mudou de escola, mas ainda não houve registro dessa mudança. Todavia, essa situação de aluno não localizado pode indicar algo mais alarmante, que é o fato de o beneficiário estar fora da escola.

Em nível nacional, podemos observar que no Brasil, por 3 anos, o índice mantém-se em torno de 10%, ocorrendo uma redução quase que pela metade desse número no ano de 2013 passando a 5,99%. Contudo, apesar dessa queda significativa, esse número veio a aumentar nos dois anos seguintes, subindo em 2014 para 6,40% e em 2015 para 8,98%.

Já no estado da Bahia, esse percentual ao longo de 2009 a 2011 sofreu uma alta, passando de 11,94% para 15,10%. Contudo, a partir do ano de 2012, esse número começa a reduzir, chegando a seu melhor percentual no ano de 2014, com 8,84% de crianças e adolescentes não acompanhados.

Salvador, capital do estado da Bahia, possui o percentual mais alarmante, principalmente no ano de 2013, chegando a 33,3% de crianças não acompanhadas na condicionalidade de Educação. Apesar de nos anos seguintes esse número sofrer uma baixa, inclusive o último ano registrar o menor percentual se comparado a série histórica (2009-2015), ainda assim continuou alto se comparado aos níveis estadual e nacional.

Isso nos leva a indagar: de que maneira é realizado esse acompanhamento? Quais são as dificuldades no acompanhamento das crianças? Se é responsabilidade da escola, como é feito esse registro? Qual a dificuldade enfrentada pela escola para o acompanhamento?

Apenas com um esforço amplo de todos os setores da gestão municipal envolvidos no Programa, será possível identificar as causas dessa situação e atuar sobre elas, afim de reduzir o número de beneficiários sem informação da frequência escolar.

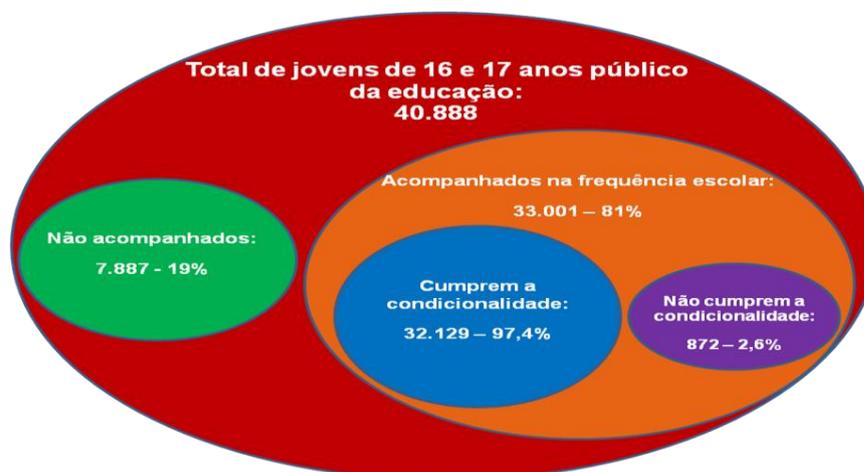
Como um dos principais objetivos das condicionalidades é identificar situações de agravamento de vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias, a falta de informação sobre a frequência escolar, assim como a inadequação dos registros relacionados à baixa frequência, podem encobrir a realidade concreta vivida pelas famílias. Isso faz com que o poder público não tenha informação sobre um beneficiário que está fora da escola ou uma família que está passando por uma situação que a impede de acessar serviços tão importantes como os de educação. Ter acesso a informações corretas é o primeiro passo para a gestão intersetorial de condicionalidades traçar um plano em conjunto com os atores sociais envolvidos na gestão do PBF, para aprimorar a oferta de serviços públicos às famílias beneficiárias.

### **c) Sobre o acompanhamento da frequência escolar de jovens de 16 a 17 anos**

No Brasil, no ano de 2015, o total de jovens entre 16 e 17 anos no sistema público da educação era de 3.337.861; na Bahia, de 411.472; e em Salvador, de 40.888. A quantidade de jovens de 16 e 17 anos acompanhados na frequência escolar no Brasil foi 2.679.425; na Bahia, 335.593; e em Salvador, 33.001. O comparativo do percentual do Brasil (80,27%), Bahia (81,56%) e Salvador (80,71%) nos mostra uma equivalência na média entre os três. Com relação ao total de jovens acompanhados com frequência escolar igual ou superior a 75%, o Brasil possui 2.503.237; a Bahia, 322.284; e Salvador, 32.129. O comparativo do percentual mostra que Salvador (97,36%), em termos de jovens com frequência igual ou superior a 75%, supera o estado (96,03%) e o país (93,42%). No caso da quantidade de jovens acompanhados com frequência escolar inferior a 75%, o Brasil apresenta o percentual de 6,58 (equivalente a 176.188 jovens); a Bahia, 3,97%(13.309 jovens); e Salvador, 2,64% (872 jovens), o que revela um ponto positivo para o município, já que tem um percentual menor do que o estadual e o nacional de jovens com frequência inferior à exigida.

A ilustração a seguir apresenta os dados específicos do município de Salvador no ano de 2015 em relação aos jovens de 16 e 17 anos público da educação:

**Figura 5 - Jovens (16 e 17 anos) público da educação, Salvador, 2015**



Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Na Tabela 8 pode ser observado o percentual referente ao acompanhamento da frequência escolar na série história entre os anos de 2009 e 2015:

**Tabela 8 - Acompanhamento da frequência escolar de jovens de 16 e 17 anos - Brasil, Bahia, Salvador, 2009-2015**

Localidade	Ano	Total de jovens de 16 e 17 anos público da educação	Quantidade de jovens de 16 e 17 anos acompanhados na frequência escolar		Quantidade de jovens de 16 e 17 anos acompanhados com frequência escolar igual ou superior à 75%		Quantidade de jovens de 16 e 17 anos acompanhados com frequência escolar inferior à 75%	
			V.A	%	V.A	%	V.A	%
<b>BRASIL</b>	2015	3.337.861	2.679.425	80,27	2.503.237	93,42	176.188	6,58
<b>BAHIA</b>	2015	411.472	335.593	81,56	322.284	96,03	13.309	3,97
<b>SALVADOR</b>	2015	40.888	33.001	80,71	32.129	97,36	872	2,64
<b>BRASIL</b>	2014	3.334.421	2.790.544	83,69	2.613.429	93,65	177.115	6,35
<b>BAHIA</b>	2014	410.907	346.765	84,39	332.790	95,97	13.975	4,03
<b>SALVADOR</b>	2014	36.056	30.550	84,73	29.510	96,6	1.040	3,4
<b>BRASIL</b>	2013	2.999.874	2.503.741	83,46	2.332.875	93,18	170.866	6,82
<b>BAHIA</b>	2013	378.802	317.072	83,7	302.320	95,35	14.752	4,65

<b>SALVADOR</b>	2013	38.805	30.956	79,77	30.136	97,35	820	2,65
<b>BRASIL</b>	2012	3.078.673	2.389.544	77,62	2.248.409	94,09	141.135	5,91
<b>BAHIA</b>	2012	402.037	316.868	78,82	306.196	96,63	10.672	3,37
<b>SALVADOR</b>	2012	40.716	33.521	82,33	32.958	98,32	563	1,68
<b>BRASIL</b>	2011	2.010.628	1.525.810	75,89	1.430.398	93,75	95.029	6,23
<b>BAHIA</b>	2011	261.861	197.191	75,3	188.133	95,41	9.058	4,59
<b>SALVADOR</b>	2011	18.754	13.019	69,42	12.657	97,22	362	2,78
<b>BRASIL</b>	2010	1.776.023	1.409.912	79,39	1.314.717	93,25	95.195	6,75
<b>BAHIA</b>	2010	239.894	194.471	81,07	184.821	95,04	9.650	4,96
<b>SALVADOR</b>	2010	24.776	20.417	82,41	20.298	99,42	119	0,58
<b>BRASIL</b>	2009	2.148.337	1.706.878	79,45	1.621.480	95	1.706.878	5
<b>BAHIA</b>	2009	276.930	230.131	83,1	25	80,65	230.131	3,73
<b>SALVADOR</b>	2009	24.922	20.129	80,77	789	87,18	20.129	0,32

Fonte: Elaboração Equipe da Pesquisa EPDS - UFBA/FACED- 2017, com base nos dados do MDS.

Silveira, Campolina e Van Horn (2013, p. 322) afirmam que “o programa reforça a frequência escolar dos jovens de 15 a 17 anos, período da vida no qual se amplia consideravelmente a entrada deles no mercado de trabalho, por meio da combinação escola-trabalho”. Assim, há um efeito positivo na frequência escolar dos beneficiários comparados aos não beneficiários, mesmo com as combinações difíceis de distribuição do tempo entre o trabalho e a escola.

Nesse mesmo sentido, Araújo, Ribeiro e Neder (2010), com base na PNAD 2006, concluem “que o Programa Bolsa Família elevou a frequência escolar e reduziu a ociosidade de crianças, adolescentes, meninos e meninas, porém esses impactos são modestos”. Acrescentam, ainda, que “o programa não teve impactos significativos sobre as proporções de crianças, adolescentes, meninos e meninas que apenas trabalham ou trabalham e estudam”. Concluem que o Programa “eleva a frequência escolar, mas não contribui para o combate ao trabalho infantojuvenil” (op. cit., p. 1).

Na discussão realizada por Craveiro e Ximenes (2013) sobre rendimento e movimento escolar de estudantes do PBF e demais alunos da rede pública, a partir de resultados do censo escolar de 2012, no comparativo percebe-se que varia o

número total de estudantes com até 15 anos concluintes do ensino fundamental regular, variando também essa média nas diferentes regiões do país.

Embora o resultado nacional seja um pouco inferior dos estudantes do PBF frente aos demais estudantes da rede pública (75,6% contra 79,4%), nas regiões mais pobres do Brasil, com maior concentração do Bolsa Família, os resultados são favoráveis aos estudantes do PBF. Destaque para os resultados na região Nordeste, onde 71,3% dos estudantes do Bolsa Família conseguem terminar o ensino fundamental até os 15 anos, contra 64% dos demais estudantes da rede pública. (CRAVEIRO & XIMENES, 2013, p. 116)

Existem fatores de risco para a permanência dos alunos como baixo desempenho escolar, os quais podem resultar em repetência e distorções idade-série. As pesquisas indicam que o abandono escolar é um sério problema em todos os estados brasileiros e que se agrava conforme aumenta a faixa etária e o nível de ensino. A pesquisa de Oliveira e Soares (2013, p. 291) na análise da “variável frequência à escola, indica que alunos que cumprem a condicionalidade de frequência possuem chances até 40% menores de repetência do que aqueles que não cumprem.” De acordo com os autores, “no nível do aluno, percebe-se que o PBF traz uma redução na probabilidade de repetência” (ibidem, p. 294).

## 4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DOS INDICADORES – EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS

### A pobreza para além do viés sócio-econômico

Considerando que o Programa Bolsa Família iniciado em 2003 representa uma política de transferência de renda condicionada, cabe lembrar que, ao ser destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, configura também uma política de enfrentamento e erradicação da fome. Para o Ministério de Desenvolvimento Social, considerando o ano de 2016, encontram-se em situação de extrema pobreza cidadãos que possuem renda per capita menor que R\$ 85,00. As que se encontram em estado de pobreza possuem renda per capita entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00. Segundo este critério, aqueles que ganham um real a mais, ou seja, R\$ 171,00 por mês, seriam considerados fora da margem de “pobreza”. Isso nos leva a problematizar o sentido dessa fronteira, vide o alto custo de vida na maioria das regiões metropolitanas brasileiras. Também poderíamos indagar se o critério financeiro é suficiente para se caracterizar a pobreza, uma vez que esta é um problema estrutural das sociedades capitalistas, sendo (re)produzida na mesma engrenagem que gera desigualdade de oportunidades no acesso a bens e direitos, assim como a acumulação de riqueza e oportunidades para poucos.

Segundo Sakamoto (2017), a pobreza não é apenas uma questão de falta de dinheiro nas famílias, pois, no Brasil,

a ausência de instituições e políticas públicas que possam garantir qualidade de vida à população aumenta sua dependência do fator da renda. Como o Estado não atua na efetivação de determinados direitos, tudo tem que ser adquirido, comprado, monetarizando o que, de acordo com a Constituição brasileira, deveria ser fornecido gratuitamente a todos os cidadãos.

De fato, quando se discute a pobreza no Brasil, o foco tende a ser o quantum de dinheiro é necessário ao crescimento econômico: a massa salarial é o que mantém os elementos que supostamente garantiriam qualidade de vida mínima por meio de uma ação do poder público.

Nesse sentido, Sakamoto (2017) é categórico ao afirmar que a luta contra a pobreza dependeria de

uma educação que liberte (e não gere pessoas-robôs), uma saúde de qualidade, uma cultura que valorize as realidades locais em detrimento à homogeneização televisiva nacional; uma habitação decente (e não de cubículos que se desmontam); saneamento básico, os quais, se universalizados com qualidade, trariam um impacto real na vida dessas crianças maior do que a renda em si.

De maneira semelhante, Zimmerman e Espínola (2015) afirmam que, apesar da relevância do Programa Bolsa Família, há a necessidade de que outros programas a ele se entrelacem para complementá-lo, pois sozinho tem se mostrado insuficiente à superação de questões sociais profundas. Subverter seu caráter paliativo e tornar-se um direito universal como renda mínima poderia torná-lo mais eficiente. (ZIMMERMANN E ESPÍNOLA, 2015).

### **PBF: avanços e limites**

Em relação ao combate à pobreza, o Programa Bolsa Família tem cumprido um papel notável em um curto prazo: tirou muitas famílias do mapa da fome. Ainda que represente um valor muito baixo, permitiu aos seus beneficiários ter garantida ao menos uma refeição básica por dia, lembrando que essa área representa o maior dispêndio de benefícios ofertados. Contudo, como vimos, essa política não foi suficientemente fortalecida ao ponto de transformar radicalmente a vida social e financeira daqueles que foram excluídos do dito “progresso”, o qual, ao longo da história ocidental moderna, esteve assentado na desigualdade social.

A pobreza no Brasil é fruto de uma história social e política marcada por disputas, injustiças e desigualdades, assumindo contornos dramáticos desde a escravidão, no período colonial. Após muitas lutas, algumas conquistas foram alcançadas e, sem dúvida, o caminho trilhado permitiu que hoje, haja maior visibilidade pública para o absurdo da fome, da miséria, da extrema pobreza e até mesmo do papel do Estado nessa produção, o que rendeu a proposição de algumas políticas afirmativas importantes, promotoras de avanços no terreno dos direitos

humanos.

Considerando os dados apontados na pesquisa, nota-se que, a despeito de algumas diferenças, é consenso que o Bolsa Família, enquanto programa de transferência de renda condicionada, tem atenuado a miséria e a pobreza de milhares de pessoas no Brasil. Embora as condicionalidades atreladas a ele tenham a intenção de ampliar seu efeito imediatista de alívio da pobreza pensada em termos monetários, para que de fato venha a garantir o acesso aos direitos fundamentais do cidadão, seria necessário um arranjo complexo de políticas focadas nos direitos universais garantidos pela Constituição Federal de 1988, muitos dos quais existentes somente no papel.

Isso não significa que programas assim sejam desnecessários ou descartáveis. Eles podem tornar os terrenos da educação e saúde mais férteis, abrindo espaço para que muitas mudanças positivas floresçam. Mas não se pode esquecer que essas promessas encontram barreiras em um sistema que mistifica as mercadorias e coisifica as pessoas, levando-as a sofrerem solitárias, com um sentimento de abandono, fracasso e culpa pela própria condição, ainda que jamais tenham tido acesso a políticas intersetoriais que lhes garantissem, a médio e longo prazo, segurança, dignidade e perspectivas de futuro.

### **Problematizando o raciocínio individualizante**

Olhar criticamente para problemas sociais que aparecem nos indivíduos requer de nós um deslocamento de foco: do habitual enfoque dado ao sujeito para as condições históricas, econômicas e políticas mais amplas e subjacentes, as quais produzem a pobreza e são de responsabilidade do Estado. As estruturas governamentais devem assumir suas responsabilidades, estabelecendo políticas que não sejam pensadas apenas no sentido de suprir faltas, mas também de garantir seguridade social, educação e saúde de qualidade a todos os cidadãos brasileiros.

Não obstante a isso, existe ainda a contraposição ao Programa ancorada nos discursos conservadores de setores que não conseguem se desvincular da situação de privilégios que legitimam a desigualdade social brasileira. Portanto, para

ultrapassar de uma vez por todas o aspecto assistencialista e focar nas políticas de equidade no país, é imprescindível entender que é preciso dividir o que tem, e não o que sobra. Mas, como em tempos neoliberais a política vigente é a de acumulação e repasse de verbas ao sistema financeiro, essa regra não se aplica, o que compromete os avanços do desenvolvimento social no Brasil, aumentando ainda mais a desigualdade social.

### **Quantidade e qualidade**

Embora as condições de acesso à educação e à saúde pareçam estar garantidas em função das condicionalidades, é urgente problematizar a precariedade desses serviços. O campo da educação, por exemplo, carece de investimentos e parcerias intergovernamentais (locais e federais), estando aquém de assegurar a equidade no acesso a esse direito. Ainda existem problemas profundos a serem superados: de ordem estrutural e política. Mas certamente um passo foi dado na direção de se buscar zelar pelos direitos humanos mais básicos e fundamentais. O comprometimento de políticas sociais precisa, portanto, fazer parte das agendas, não apenas de governos federais, mas Estaduais e Municipais também.

Sem dúvida, a distribuição de recursos oportunizada por um programa como o Bolsa Família é importante para avançar mais rapidamente no alívio do sofrimento da pobreza extrema, enquanto desenvolvem-se as outras áreas. Em outras palavras, poderíamos deduzir que o combate à fome – alvo de uma política como o PBF no enfrentamento à pobreza – precisaria ir além de uma medida mitigatória focada na renda, dependendo de garantia efetiva de direitos sociais, bem como do reconhecimento de violências e injustiças históricas, presentes na sociedade brasileira desde o período colonial, com a conivência ou mesmo a responsabilidade do poder público. No caso do PBF, o enfrentamento da problemática tem se dado de maneira mais imediata e superficial; mesmo assim, gera expectativas de transformação social com prazos mais longos. Para além de obrigar as famílias a matricularem seus filhos na escola, por exemplo, as pessoas em situação de pobreza carecem de terem garantidos não apenas o acesso, mas também a

qualidade dos serviços ofertados à população, em condição de oportunidades iguais para todos. Entretanto, a escola atual ainda não pressupõe o lugar de equidade. Ela tem sido um espaço de padronização e fatalmente da naturalização de fenômenos sociais ignorando, sobretudo, os efeitos deles.

Há, assim, na sociedade, de um lado, o movimento pela inclusão e a obrigatoriedade de escolarização definida em lei; do outro, há a escola promovendo os mecanismos excludentes socialmente aceitos e historicamente perpetuados. A inclusão, seja escolar ou de qualquer outra ordem, está, pois, imersa na lógica da exclusão. (TUNES, 2011, p. 15).

Com isso, pretende-se enfatizar uma discussão apresentada por Viégas (2002), na qual a exclusão é pensada não apenas em termos de uma exclusão **da** escola; ora, não basta incluir as crianças pobres na escola, se dentro dela seguem ocorrendo práticas de exclusão e segregação, configurando, assim, uma exclusão **na** escola.

Vale ainda ressaltar que a ausência de articulação do Programa Bolsa Família com outros que poderiam complementá-lo, coloca-o solitário na tentativa de romper uma organização social injusta e desigual. Isso, por conseguinte, torna o PBF insuficiente para responder a expectativas que vão além da atenuação da pobreza estrutural.

### **Relação indivíduo-grupo social**

A gigantesca desigualdade existente entre as camadas sociais no Brasil aponta ainda para uma estreita relação entre uma vivência individual e uma vivência de classe: sujeitos pertencentes a determinados grupos sociais estão marcados por olhares que subestimam, estigmatizam, criminalizam e rebaixam, por meio da humilhação social e política, indivíduos e comunidades, como se fossem naturalmente inferiores. Assim, é possível compreender muitas violências sociais como “contra-violências”, expressões de revoltas em meio a tantos contrastes abissais de classe. Nessa perspectiva, tanto a pobreza quanto a violência aparecem diretamente relacionadas à questão da desigualdade social, e não à mera falta de

dinheiro ou ao caráter pessoal dos indivíduos. “A violência cometida por jovens socialmente desfavorecidos não é causada apenas por necessidades materiais, mas também por sentimentos de injustiça e ausência de reconhecimento social” (WEISSHEIMER, 2006, p. 20).

### **Capitalismo, pobreza e humilhação social**

O valor médio mensal recebido pelos beneficiários do PBF revela ainda que o investimento financeiro do PBF é significativamente inferior aos lucros e riquezas acumulados pelas empresas, não alterando a questão da desigualdade social. Ora, no capitalismo, a acumulação de capital é o grande motor, ampliando suas formas na versão neoliberal. Para Gonçalves Filho (1998, p. 197), o enfrentamento dessas situações “pede remédio dos dois lados”: psíquico e político. Ao indivíduo golpeado pela humilhação social, o autor sugere um trabalho interior que lhe permita atravessar as questões que lhe afetam intimamente; ao membro de um grupo historicamente discriminado, que seja contemplado por ações políticas reparatórias e emancipatórias a todo o seu grupo.

Diferente de assegurar universalização dos direitos, algumas políticas públicas acabam sendo mais focadas e minimalistas. O PBF tem caráter de política focalizada. Embora essa não seja a política ideal, é através dela que os governos recentes buscaram enfrentar a pobreza e, em especial, a fome, consequente de um processo histórico perverso, excludente e meritocrático.

É urgente desnaturalizar a pobreza e problematizar os fatores que concorrem para sua produção, inclusive aqueles presentes em políticas meramente assistencialistas (sem conexão com um projeto emancipatório), pois isso simplifica por demais o problema. A pobreza e a desigualdade social são elementos estruturais do sistema capitalista; assim, seu enfrentamento leva-nos a conclusão de que o próprio sistema capitalista precisa ser superado.

A partir de matizes teóricas distintas, vários estudiosos demonstram que na sociedade capitalista, as oportunidades educacionais são distribuídas de forma desigual em função da origem social (seja em termos de classe social, raça/etnia e gênero) das crianças e jovens (CATTANI, 2006; DUBET, 2001; FRIGOTTO, 2003).

Logo, seguindo esta linha do pensamento social crítico, a matrícula e a frequência escolar não são suficientes para romper com os mecanismos de transmissão da pobreza, conforme previsto no desenho do PBF (PIRES, 2013; SILVA et al., s/d).

**RELATÓRIO PARTE II:**

Principais atividades realizadas, produtos gerados e considerações finais

## 5. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

Esta seção é dedicada à apresentação das principais atividades realizadas no período de execução da pesquisa, a saber: de fevereiro de 2016 a dezembro de 2017. Optou-se por apresentar estas atividades em função da data de realização das mesmas.

### **Fevereiro/2016 a maio/2016:**

- Elaboração do projeto de pesquisa e planejamento das etapas 1 e 2 da pesquisa
- Submissão do projeto (Etapa 1) aos editais de pesquisa do Programa Permanecer da UFBA e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UFBA 2016-2017
- Planejamento da primeira etapa de pesquisa, denominada de Educação, pobreza e desigualdades sociais: um estudo da relação entre as condicionalidades do Programa Bolsa Família e a situação educacional das famílias beneficiadas em Salvador/BA.

### **Junho/2016:**

- Aprovação do projeto com a obtenção de 4 bolsas de iniciação científica do Programa Permanecer da UFBA e do PIBIC/UFBA
- Realização da seleção das bolsistas do Projeto
- Discussão do projeto com as bolsistas aprovadas no processo de seleção.

### **Julho/2016**

- Levantamento bibliográfico – Etapa 1
- Realizações de seminários internos de formação sobre a temática do projeto.

### **Agosto/2016**

- Levantamento bibliográfico – Etapa 1
- Leitura e análise do material bibliográfico
- Realizações de seminários internos de formação sobre a temática do projeto

**Setembro/2016**

- Levantamento bibliográfico – Etapa 1
- Leitura e análise do material bibliográfico
- Realizações de seminários internos de formação sobre a temática do projeto

**Outubro/2016**

- Leitura e análise do material bibliográfico
- Realizações de seminários internos de formação sobre a temática do projeto

**Novembro/2016**

- Leitura e análise do material bibliográfico
- Realizações de seminários internos de formação sobre a temática do projeto

**Dezembro/2016**

- Leitura e análise do material bibliográfico
- Realizações de seminários internos de formação sobre a temática do projeto

**Janeiro/2017**

- Leitura e análise do material bibliográfico
- Realizações de seminários internos de formação sobre a temática do projeto
- Capacitação para o trabalho com os dados do Sistema DataSocial e Sistema de Presença
- Construção de indicadores sobre educação, pobreza e desigualdades sociais relacionados aos alunos beneficiados pelo PBF

**Fevereiro/2017**

- Leitura e análise do material bibliográfico
- Realizações de seminários internos de formação sobre a temática do projeto
- Construção dos relatórios parciais da pesquisa, que foram apresentados ao Programa Permanecer/UFBA e ao PIBIC/UFBA.

**Março/2017**

- Leitura e análise do material bibliográfico
- Realizações de seminários internos de formação sobre a temática do projeto
- Construção dos relatórios parciais da pesquisa. Sob a supervisão das orientadoras do projeto, as bolsistas elaboraram relatórios que foram apresentados ao Programa Permanecer UFBA e ao PIBIC/UFBA.
- Análise dos indicadores sociais construídos nesta primeira fase da pesquisa
- Apresentação de trabalho, categoria - Comunicação oral, na Primeira Semana de Integração dos Conhecimentos Pedagógicos – SICOP – da UNEB. Eixo III - Diversidade étnico racial, inclusão e equidade na educação - Março 2017. Bolsistas: Henari Macedo Oliveira Lima e Taiane Lopes dos Santos.
- Submissão do projeto (Etapa 2) aos editais de pesquisa do Programa Permanecer da UFBA e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UFBA 2017-2018

#### **Abril/2017**

- Análise dos indicadores sociais construídos nesta primeira etapa da pesquisa
- Realizações de seminários internos de formação sobre a temática do projeto

#### **Maior/2017**

- Análise dos indicadores sociais construídos nesta primeira etapa da pesquisa
- Discussão dos textos elaborados sobre os indicadores Educação, pobreza e desigualdades sociais.
- Aprovação do projeto com a obtenção de 3 bolsas de iniciação científica do Programa Permanecer da UFBA e do PIBIC/UFBA

#### **Junho/2017**

- Análise dos indicadores sociais construídos nesta primeira fase da pesquisa
- Discussão dos textos elaborados sobre os indicadores Educação, pobreza e desigualdades sociais.

#### **Julho/2017**

- Discussão dos textos elaborados sobre os indicadores Educação, pobreza e

desigualdades sociais.

- Discussão e planejamento da segunda etapa da pesquisa, designada de “Percepções de docentes da Rede pública de ensino de Salvador acerca das implicações das condicionalidades do Programa Bolsa Família sobre as experiências educacionais de beneficiados”
- Levantamento bibliográfico – Etapa 2

### **Agosto/2017**

- Construção dos relatórios finais da etapa 1 da pesquisa. Sob a supervisão das orientadoras do projeto, as bolsistas elaboraram relatórios que foram apresentados ao Programa Permanecer UFBA e ao PIBIC/UFBA.
- Levantamento bibliográfico – Etapa 2

### **Setembro/2017**

- Apresentação de trabalho, categoria - Comunicação oral, no I Seminário Internacional de Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS) da UNEB Campus XI – Serrinha. Eixo 2: Políticas Públicas, Formação Docente e Gestão Educacional - Setembro 2017. Bolsista: Taiane Lopes dos Santos.
- Seminários Interno de Formação – Etapa 2 da pesquisa

### **Outubro/2017**

- Apresentação de trabalho, categoria – Comunicação oral, no Congresso da UFBA, Pesquisa, Ensino e Extensão / XXXVI Seminário Estudantil de Pesquisa. Outubro 2017. Bolsistas: Emília Soraia Dias Santos, Henari Macedo Oliveira Lima, Kelly Cristina Rêgo Silva e Taiane Lopes dos Santos.
- Seminários Interno de Formação – Etapa 2 da pesquisa
- Elaboração dos instrumentos de pesquisa (questionário, termo consentimento livre e esclarecido)
- Realização do pré-teste do questionário

### **Novembro/2017**

- Seminários Interno de Formação – Etapa 2 da pesquisa
- Elaboração dos instrumentos de pesquisa (questionário, termo consentimento livre e esclarecido)
- Debate sobre a metodologia da pesquisa de campo da segunda etapa do projeto.
- Início da fase 1 da pesquisa de campo (aplicação dos questionários).

### **Dezembro/2017**

- Elaboração do roteiro de entrevista
- Mesa Redonda “Educação, pobreza e desigualdades sociais: um relato da pesquisa sobre o Programa Bolsa Família (PBF)” no evento intitulado “Dialogando sobre Educação, Saúde e Linguagem”. Dezembro 2017. Equipe da pesquisa.
- Mesa Redonda “Educação, Pobreza e Desigualdade Social: fortalecendo laços” na aula de encerramento do Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Dezembro 2017. Equipe da pesquisa.
- Execução da primeira fase da pesquisa de campo (aplicação de questionários)

Registra-se novamente que a pesquisa de campo está em andamento, com previsão de término em julho deste ano, quando finda o prazo dos editais do Programa Permanecer/UFBA e PIBIC/UFBA (edições 2017/2018). A pesquisa de campo é composta por duas fases: a primeira (já realizada) consistiu na aplicação de questionário enviado por email às professoras que fizeram o curso de especialização promovido pelo MEC “Educação, Pobreza e Desigualdade Social”. Na segunda fase da pesquisa de campo, serão realizados grupos focais com as docentes que manifestarem interesse em participar deste segundo momento do projeto. Essa segunda fase da pesquisa de campo está prevista para iniciar em abril/2018.

## 6. PRODUTOS GERADOS

- Construção dos Indicadores sociais do Projeto Educação, pobreza e desigualdades sociais, conforme quadro abaixo:

**Quadro 2 – Indicadores construídos no Projeto EDPS – Etapa I**

1. Características dos domicílios das famílias cadastradas no Cadastro Único (2016) - Brasil, Regiões, Bahia e Salvador
2. Características dos domicílios das famílias beneficiários do Programa Bolsa Família (2016) - Brasil, Regiões, Bahia e Salvador
3. Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) - (2006-2016) - Brasil, Regiões e Bahia
4. Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) com renda per capita familiar de até 1/2 salário mínimo - (2006-2016) Brasil, Regiões, Bahia e Salvador
5. Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia e Salvador
6. Valores de repasse do Programa Bolsa Família (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia e Salvador
7. Benefício médio mensal por família do Programa Bolsa Família (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia e Salvador
8. Benefícios do Programa Bolsa Família (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia e Salvador
9. Perfil das pessoas inscritas no Cadastro Único por sexo (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia e Salvador por sexo
10. Perfil das pessoas inscritas no Cadastro Único por idade (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia e Salvador por idade
11. Perfil das pessoas inscritas no Cadastro Único por cor/raça (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia e Salvador – por cor/raça
12. Perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família por sexo (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia e Salvador – por sexo
13. Perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família por idade (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia e Salvador – por idade
14. Perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família por cor/raça (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia e Salvador – por cor/raça
15. Acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia, Salvador
16. Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos não acompanhados nas condicionalidades de Educação - Sistema Presença (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia, Salvador

17. Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados com frequência escolar igual ou superior à 85% (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia, Salvador
18. Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados com frequência escolar inferior à 85% (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia, Salvador
19. Acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia, Salvador
20. Crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não acompanhados nas condicionalidades de Educação - Sistema Presença (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia, Salvador
21. Crianças e adolescentes de 6 a 17 anos acompanhados com frequência escolar igual ou superior ao exigido (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia, Salvador
22. Crianças e adolescentes de 6 a 17 anos acompanhados com frequência escolar inferior ao exigido (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia, Salvador
23. Acompanhamento da frequência escolar de jovens (16 a 17 anos) - (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia, Salvador
24. Jovens acompanhados com frequência escolar inferior à 75% (16 a 17 anos) - (2006-2016) - Brasil, Regiões, Bahia, Salvador

- Apresentação de trabalho, categoria - Comunicação oral, na Primeira Semana de Integração dos Conhecimentos Pedagógicos – SICOP – da UNEB. Eixo III - Diversidade étnico racial, inclusão e equidade na educação - Março 2017. Bolsistas: Henari Macedo Oliveira Lima e Taiane Lopes dos Santos.
- Apresentação de trabalho, categoria - Comunicação oral, no I Seminário Internacional de Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS) da UNEB Campus XI – Serrinha. Eixo 2: Políticas Públicas, Formação Docente e Gestão Educacional - Setembro 2017. Bolsista: Taiane Lopes dos Santos.
- Apresentação de trabalho, categoria – Comunicação oral, no Congresso da UFBA, Pesquisa, Ensino e Extensão / XXXVI Seminário Estudantil de Pesquisa. Outubro 2017. Bolsistas: Emília Soraia Dias Santos, Henari Macedo Oliveira Lima, Kelly Cristina Rêgo Silva e Taiane Lopes dos Santos.
- Mesa Redonda “Educação, pobreza e desigualdades sociais: um relato da pesquisa sobre o Programa Bolsa Família (PBF)” no evento intitulado “Dialogando sobre Educação, Saúde e Linguagem”. Dezembro 2017. Equipe

da pesquisa.

- Mesa Redonda “Educação, Pobreza e Desigualdade Social: fortalecendo laços” na aula de encerramento do Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Dezembro 2017. Equipe da pesquisa.
- Aceite da proposta de apresentação de trabalho, categoria - Pôster, no II CIEP - Congresso Internacional sobre Educação e Pobreza, que ocorrerá no Chile, de 21 a 23 de março de 2018. Bolsistas: Henari Macedo Oliveira Lima e Taiane Lopes dos Santos.
- Aceite da proposta de apresentação de trabalho, categoria – Comunicação oral, no II CIEP - Congresso Internacional sobre Educação e Pobreza, que ocorrerá no Chile, de 21 a 23 de março de 2018. Professoras orientadoras. Infelizmente, em função da falta de financiamento, o trabalho aceito não poderá ser apresentado.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos dos textos e das análises dos dados coletados foi possível constatar que o Programa Bolsa Família é uma política social focalizada nas famílias pobres, que embora tenha contribuído para aliviar a pobreza de uma parcela significativa da população por meio da transferência de renda e ter efeitos positivos na frequência escolar dos beneficiários, não foi suficientemente fortalecido a ponto de transformar a vida social e financeira daqueles que foram excluídos do dito “progresso”, o qual, ao longo da história ocidental moderna, esteve assentado na desigualdade social.

Outro aspecto pertinente a se considerar é que, embora as condições de acesso à educação e à saúde pareçam estar garantidas em função das condicionalidades, é urgente problematizar a precariedade desses serviços.

Destaca-se também que, para além de obrigar as famílias a matriculem seus filhos na escola, as pessoas em situação de pobreza carecem, com urgência, de terem garantidos não apenas o acesso, mas também a permanência desses alunos e a qualidade dos bens e serviços públicos preconizados pelas políticas públicas, mas não necessariamente cumpridos pelos governos.

Dessa maneira, conclui-se que é preciso repensar o PBF visando sua ampliação e uma articulação com a qualidade dos serviços públicos prestados, especialmente na área educacional.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; MONTEIRO, Vinícius do Prado. Avaliação de Impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 531-570, Sept. 2013.

ARAUJO, G. S.; RIBEIRO, R.; NEDER, H. D. Impactos do Programa Bolsa-Família sobre o trabalho de crianças e adolescentes residentes na área urbana em 2006. **Economia**, Brasília, v. 11, n. 4, dez. 2010.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, V. 20 N. 2, P. 27-55, JUL./DEZ. 2015.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadores: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: \_\_\_\_\_. **Escritos de educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.). 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 39-64.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Disponível em: <http://mds.gov.br/>. Acesso: Jan. 2017.

BRASIL. **DIEESE** - Departamento de Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso: Mar.2017.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CATTANI, Antônio David. Desigualdades socioeconômicas Brasil/Canadá: um estudo a partir de dois extremos. **Interfaces Brasil/Canadá**, Rio Grande, n. 6, p. 49-70, 2006.

COHN, A. Desafios de uma trajetória de êxito: dez anos do PBF. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. (orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** Brasília: IPEA, 2013. Capítulo 28, p. 455 - 466.

COSTA, Nilson do Rosário. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 14, p. 639-706, 2009.

CRAVEIRO, C.; XIMENES, D. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da Educação Básica no Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. (orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** Brasília: IPEA, 2013. Capítulo 6, p. 109 - 124.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 24-34, jan./jun. 2007.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 119, 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso: 15 fev. 2016.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo, Cortez, 2003.

GARCIA et al. **Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social (Lato Sensu)**: Projeto Político-Pedagógico. 1ª Edição. Brasília: Ministério da Educação, agosto 2014.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social: humilhação política. In: SOUZA, Beatriz de Paula (org). **Orientação á queixa escolar**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007. p. 187 – 221.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. [Tradução de Carlos Nelson Coutinho]. Rio de Janeiro: 2000.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 06/2014. pp. 61-73.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002.

JANNUZZI, P. M.; PINTO, A. R. Bolsa família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: Uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do bolsa família. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, Cap. 10 p.179-192.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, questão social e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

OLIVEIRA, L.; SOARES, S. Bolsa família e repetência: resultados a partir do Cadúnico, projeto frequência e censo escolar. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. (orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** Brasília: IPEA, 2013. Capítulo 18, p. 285 – 295.

OLIVEIRA, L. F. B. D.; SOARES, S. S. D. O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência: resultados a partir do Cadastro Único, Projeto Frequência e Censo Escolar. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para discussão, n. 1.814). Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1814a.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1814a.pdf).

PATTO, Maria Helena S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 4 ed. revista e ampliada. São Paulo: Intermeios, 2015. 454 p.

PIRES, André. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013.

RAMALHO, Guilherme; ARAUJO, Vera. TJ libera ajuda de custo para juízes e desembargadores: repasses serão para cobrir gastos com auxílio-educação e auxílio-locomção. **Jornal O Globo**. Publicada em 28/01/2017. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/tj-libera-ajuda-de-custo-para-juizes-desembargadores-20827674>

RESSEL, L. et. al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto Contexto Enferm**. 17(4). Florianópolis, Out-Dez, 2008; 779-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/21.pdf>

RIBEIRO, M. I.; JESUS, S. Educação, pobreza e desigualdades sociais: um estudo da relação entre as condicionalidades do Programa Bolsa Família e a situação educacional das famílias beneficiadas em Salvador/BA. **Projeto de Pesquisa**. Salvador: Faculdade de Educação, UFBA, 2016.

ROCHA, Sônia. O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 113-139, abr. 2011.

SAKAMOTO, L. Brasil vive bem com crianças pobres, mas não suporta ver um rico infeliz. **Blog do Sakamoto – UOL Notícias**. Publicado em 25.07.2017. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2017/07/25/brasil-vive-bem-com-criancas-pobres-mas-nao-suporta-ver-um-rico-infeliz/>

SILVEIRA, F.; CAMPOLINA, B.; VAN HORN, R. Impactos do Programa Bolsa Família na alocação do tempo entre escola e trabalho de crianças e adolescentes de 10 a 18 anos. In: CAMPOLINA, T.; NERI, M. (orgs). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania Brasília: IPEA, 2013. Capítulo 20, p. 305 – 326.

TUNES, Elizabeth. É necessária a crítica radical à escola? In: TUNES, Elizabeth (org.) **Sem escola, sem documento**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. p. 9 - 13.

TUNES, Elizabeth; PEDROZA, Lilia Pinto. O silêncio ou a profanação do outro. In: TUNES, Elizabeth (org.) **Sem escola, sem documento**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. p. 15- 29.

VIÉGAS, Lygia de Sousa. **Progressão continuada e suas repercussões na escola pública paulista: concepções de educadores do Ensino Fundamental**. (Dissertação de Mestrado no Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo). São Paulo, 2002.

VILA, V. das. C.; ROSSI, L. A.; C. ,M.C.S.; ZAGO, M. M. F. Pesquisa Etnográfica em Saúde: sua apreciação por Comitês de Ética em pesquisa. **Rev.SOCERJ**, v.20, p.240-242, 2007.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; ESPINOLA, Gepherson Macêdo. Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o programa bolsa família no interior do nordeste brasileiro. **Cad. CRH**, Salvador , v. 28, n. 73, p. 147-164, Apr. 2015.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Convite para participação na pesquisa (segunda etapa)

Professora,

Convidamos você para participar da pesquisa “*Percepções de docentes da rede pública de ensino de Salvador acerca das implicações das condicionalidades do Programa Bolsa Família sobre as experiências educacionais de beneficiados*”.

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre as relações entre as condicionalidades do PBF e as experiências educacionais de crianças e jovens beneficiados pelo referido Programa a partir do olhar das/os professoras/es da rede pública de ensino de Salvador e Região Metropolitana matriculadas/os no Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social, sediado na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Convém ressaltar que a referida pesquisa é coordenada pelas professoras Maria Izabel Souza Ribeiro, Selma Cristina Silva de Jesus e Thais Seltzer Goldstein, da Faculdade de Educação da UFBA. Registramos, ainda, que somos da Equipe de Pesquisa vinculada à Iniciativa “Educação, Pobreza e Desigualdade Social”.

Embora a pesquisa esteja vinculada à Iniciativa do curso de especialização “Educação, Pobreza e Desigualdade Social”, esclarecemos que a participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Ao mesmo tempo, pedimos sua valiosa contribuição à pesquisa. Esclarecemos que nesta fase da pesquisa, sua participação envolve preencher o termo em que declara consentir em participar da pesquisa e responder a um questionário (online).

**O tempo médio para responder o questionário é de 15 minutos a 25 minutos.** Todas as informações fornecidas por você são sigilosas, sendo garantida a não identificação do respondente.

Agradecemos imensamente o tempo destinado para participar desta pesquisa. Se você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, entre em contato por este endereço eletrônico (projetoepds@gmail.com).

Maria Izabel Souza Ribeiro, Selma Cristina Silva de Jesus e Thais Seltzer Goldstein

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Cara(o) participante,

Somos professoras da Faculdade de Educação da UFBA e estamos realizando a pesquisa “*Percepções de docentes da rede pública de ensino de Salvador acerca das implicações das condicionalidades do Programa Bolsa Família sobre as experiências educacionais de beneficiados*”, cujo objetivo é refletir sobre as relações entre as condicionalidades do PBF e as experiências educacionais de crianças e jovens beneficiados pelo referido Programa a partir do olhar dos/as professores/as da rede pública de ensino de Salvador e Região Metropolitana que estão fazendo o Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

Esclarecemos que sua participação envolve responder um questionário com perguntas abertas e fechadas. Vale ressaltar que a participação nesse estudo é voluntária (não remunerada) e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, **sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo**. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelas professoras responsáveis pela pesquisa através do email: [projetoepds@gmail.com](mailto:projetoepds@gmail.com)

Agradecemos sua colaboração.

#### **1. Consinto em participar deste estudo.**

- ( ) SIM. Eu consinto.
- ( ) NÃO. Eu não consinto.

## APÊNDICE C – Questionário Online

### EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

#### PESQUISA



#### Percepções de docentes da rede pública de ensino de Salvador acerca das implicações das condicionalidades do Programa Bolsa Família sobre as experiências educacionais de beneficiados

##### CONDICIONALIDADES NA ÁREA DE EDUCAÇÃO:

- Matrícula das crianças e adolescente de 6 a 17 anos na escola;
- Frequência mínima de 85% nas aulas a cada mês para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e frequência mínima de 75% para jovens de 16 e 17 anos.

##### **Prezada(o) Professora,**

Esta é uma pesquisa que tem por objetivo refletir sobre as relações entre as condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) e as experiências educacionais de crianças e jovens beneficiados pelo referido Programa.

Por favor, responda ao questionário considerando suas percepções (não existem respostas certas ou erradas). Sua participação é muito importante para o êxito da pesquisa, e desde já agradecemos.

#### QUESTIONÁRIO

Formulário de participação na pesquisa intitulada: "Percepções de docentes da rede pública de ensino de Salvador acerca das implicações das condicionalidades do Programa Bolsa Família sobre as experiências educacionais de beneficiados"

1. Idade (anos completos):
2. Gênero:
3. Cor/Raça:
  - ( ) Indígena
  - ( ) Preta
  - ( ) Parda
  - ( ) Amarela
  - ( ) Branca
  - ( ) Prefiro não declarar
4. Qual o seu tempo de atuação como professora na escola pública?

5. Quantas horas por semana você trabalha na(s) escola(s) que está vinculada?

20h     40h     60h     mais que 60h

6. Você trabalha em mais de uma instituição escolar?

Não

Sim. Identifique a categoria administrativa desta outra instituição nos itens a seguir.

6.1 Pública     Federal     Estadual     Municipal

6.2 Privada     Particular     Comunitária     Filantrópica      
Confessional

7. Qual sua formação profissional?

7.1 Em qual instituição você fez a graduação?  Pública     Privada

8. Você considera que a situação de pobreza interfere no processo de escolarização? De que maneira(s)?

9. Quais suas percepções sobre as condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) na área da educação?

10. Você considera que as condicionalidades do PBF interferem na educação das(os) alunas(os) beneficiadas(os)?

Não     Sim

10.1 Se não, por que não interferem?

10.2 Se sim, como interferem?

11. Como você percebe as experiências educacionais das crianças beneficiadas pelo PBF?

12. Você tem conhecimento de quais dos seus alunos são beneficiários do PBF?

Sim     Não

13. Você percebe diferenças das(os) alunas(os) beneficiadas(os) do PBF em relação aos não beneficiados, em termos de:

13.1 Frequência:  Sim     Não     Não sei informar

Se sim, quais as principais diferenças?

13.2 Aprovação:  Sim     Não     Não sei informar

Se sim, quais as principais diferenças?

13.3 Distorção série/idade: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei informar

Se sim, quais as principais diferenças?

13.4 Evasão: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei informar

Se sim, quais as principais diferenças?

13.5 Repetência: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei informar

Se sim, quais as principais diferenças?

13.6 Participação nas atividades escolares: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei informar

Se sim, quais as principais diferenças?

14. Você percebe, no ambiente escolar, diferenças na maneira como alunas(os) beneficiadas(os) pelo PBF são abordadas(os):

14.1 Pelos(as) colegas? ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei informar

Se sim, quais as principais diferenças?

14.2 Pelas(os) demais professoras(res)? ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei informar

Se sim, quais as principais diferenças?

14.3 Pelas(os) funcionárias(os) da escola? ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei informar

Se sim, quais as principais diferenças?

14.4 Por familiares de colegas? ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei informar

Se sim, quais as principais diferenças?

**Espaço para observações e comentários:**

--

Obrigada pela sua colaboração!!!

## APÊNDICE D – Roteiro para a entrevista com o gestor estadual e municipal do PBF

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data da entrevista: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

#### Identificação pessoal:

1. Idade (anos completos): \_\_\_\_\_
2. Sexo/gênero: \_\_\_\_\_
3. Cor ou raça:
  - ( ) Indígena
  - ( ) Parda
  - ( ) Amarela
  - ( ) Preta
  - ( ) Branca
  - ( ) Prefiro não declarar

#### Percurso profissional

4. Fale sobre seu percurso profissional e de sua atuação junto ao Programa Bolsa Família:
5. Qual seu vínculo com a Prefeitura:

#### Programa Bolsa Família

6. Qual é o papel da Prefeitura na gestão do Programa Bolsa Família?
7. Qual a avaliação da atual gestão da Prefeitura sobre o Programa Bolsa Família? E a sua avaliação?
8. Quais são as principais estratégias e desafios relacionados às condicionalidades do Programa, especialmente no campo da educação?
9. Como se dá o acompanhamento da frequência dos estudantes beneficiados pelo PBF?
10. Identificamos pelos dados do MDS que Salvador, em 2015, obteve o percentual de 78,9% de acompanhamento da frequência dos estudantes de 6 a 15 anos beneficiados pelo PBF (e de 79,4% de 6 a 17 anos). Na sua avaliação, qual a razão deste índice de acompanhamento?
11. Qual a avaliação que a atual gestão da Prefeitura faz dos impactos do PBF sobre o percurso educacional dos estudantes de famílias beneficiadas pelo PBF? Como chegaram a essa conclusão?
12. Há algo que você acha que poderia melhorar e/ou mudar no PBF?
13. Há algo mais que você gostaria de acrescentar?